



Ministério da  
Ciência e Tecnologia



## NOTÍCIAS DO DIA

Belém, 8 de julho de 2009

Museu - Cientistas descobrem nova subespécie de sagui na Amazônia

**Nota da Agência Museu Goeldi** - O pesquisador da Coordenação de Zoologia do Museu Paraense Emílio Goeldi, José de Sousa e Silva, participou da pesquisa e é o segundo autor de artigo **A New Subspecies of *Saguinus fuscicollis* (Primates, Callitrichidae)**. Publicado no *International Journal of Primatology*, 2009. Confira [no link](#) a matéria original sobre a descoberta, publicada em inglês, na edição de 7 de julho de 2009 da *Science Daily*.

Terça-feira, 7 de julho de 2009, 16h01

O macaquinho, que é cinza e marrom e pesa 213 gramas, recebeu o nome de sagui-de-cara-suja de Mura

REUTERS

RIO - Pesquisadores descobriram uma nova subespécie de macaco numa parte remota da Floresta Amazônica, disse um grupo de conservação da vida selvagem com sede nos Estados Unidos na terça-feira.

O macaco recém-descoberto foi visto pela primeira vez por cientistas em 2007 no Estado do Amazonas e é parente do sagui-de-cara-suja, conhecido pelo dorso marcado, disse a Wildlife Conservation Society (WCS).

O macaquinho, que é basicamente cinza e marrom e pesa 213 gramas, recebeu o nome de sagui-de-cara-suja de Mura, numa homenagem à tribo indígena de Mura, da região da bacia dos rios Purus e Madeira, onde a nova subespécie foi encontrada.

Ele tem 24 centímetros de altura e uma cauda de 32 centímetros.

"Esse macaco descrito recentemente mostra que mesmo hoje há grandes descobertas na natureza a serem feitas", disse Fábio Rohe, autor principal de um estudo que confirmou a descoberta, em um comunicado divulgado pela WCS.

"Essa descoberta deveria servir de alerta de que ainda há muito a aprender sobre os locais selvagens do mundo, embora os homens continuem a ameaçar essas áreas com destruição."

O estudo descobriu que o macaco está sendo ameaçado por projetos de desenvolvimento da região, incluindo uma grande rodovia que atravessa a floresta, que está sendo asfaltada e poderia aumentar o desmatamento.

Estadão Online, Vida&, 08/07/2009. Publicado também em Reuters, 8/7/2009.

### **Pesquisadores descobrem novo macaco na rota da BR-319**

07/07/09 - 17h44

Rodovia, que liga Porto Velho a Manaus, corta 'coração' da floresta.  
Cientista teme que reforma da estrada prejudique animal recém-descoberto.

Iberê Thenório  
Do Globo Amazônia, em São Paulo

#### **FICHA DO NOVO MACACO**

Nome científico: *Saguinus fuscicollis mura*

Nome popular: Sauim, choim, ou choim-preto

Tamanho médio: 23 cm de altura e 31 cm de rabo

Peso médio: 350 gramas

Tempo de vida: 10 anos (tempo de vida médio de seus parentes próximos)

Alimentação: insetos e frutas.

Uma nova subespécie de macaco acaba de ser descoberta no Amazonas e já corre risco. O pequeno primata, batizado cientificamente como *Saguinus fuscicollis mura*, foi encontrado entre os rios Madeira e Purus, justamente sob o traçado da rodovia BR-319, que liga Porto Velho (RO) a Manaus (AM). A rodovia, que hoje está abandonada e intransitável, tem a reforma prevista no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A obra aguarda apenas a licença do Ibama para começar, e ambientalistas afirmam que a estrada poderá trazer uma devastação sem precedentes para a região.

O nome mura, dado pelo ecólogo Fábio Rohe, um dos autores da descoberta, é uma homenagem aos índios muras, que viviam próximos ao lugar onde o macaco foi encontrado. A escolha, segundo o cientista, serve para dar um alerta. "Os mura foram muito prejudicados pelos brancos. De certa forma, eles representam a resistência da natureza ao mundo civilizado", conta o cientista, que trabalha na WCS Brasil (Wildlife Conservation Society) dentro do Programa Conservation Leadership Programme (CLP).

#### Bicho versátil

A descoberta do novo macaco ocorreu em 2007 durante uma expedição de um grupo de cientistas ligados à rede Geoma. De acordo com Rohe, o bicho é conhecido pelos moradores da região, mas ninguém sabia que se tratava de uma nova subespécie, já que ele é semelhante a outros macacos amazônicos, todos chamados genericamente de sauíim ou choim.

Depois de comparar cores, medidas e localização de pelo menos 13 parentes próximos do mamífero, o pesquisador comprovou que o animal era uma variação da espécie *Saguinus fuscicollis*, e a descrição da subespécie foi publicada na revista científica "International Journal of Primatology" em junho deste ano. Além de Rohe, participaram da descoberta os pesquisadores José de Sousa e Silva Jr, Ricardo Sampaio e Anthony Rylands.

O novo macaco é pequeno. Tem em média 23 cm de altura, 31 cm de rabo e pesa 350 gramas. Segundo Rohe, o sauíim é um bicho versátil, que consegue sobreviver tanto em matas densas quanto em florestas ralas, como as que margeiam os campos naturais ao longo da BR-319. Ele consegue se alimentar principalmente de insetos e de frutas.

#### Estradas, usinas e gasoduto

Novo macaco tem vários parentes espalhados pela Amazônia. (Não é apenas a reforma da rodovia que gera temor entre os biólogos que trabalham na Amazônia. A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, no Rio Madeira, e o projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho também assustam os estudiosos do meio ambiente, que preveem uma corrida de migrantes para o sul do Amazonas.

"Não sabemos ainda quais serão as consequências da obra [das usinas] para o curso do Madeira. Além do desmatamento, a obra vai fazer com que mais pessoas vão morar na região", alerta o cientista da WCS. "Mas certamente, se não houver um trabalho de fiscalização sem precedentes no Brasil, a BR-319 será a veia de destruição da Amazônia central brasileira."

#### Nova gralha

Uma espécie de gralha também foi descoberta recentemente no traçado da BR-319, e corre ainda mais risco do que o macaco. Como ela consegue viver apenas nos ambientes de transição entre os campos naturais e a floresta, pode ser muito prejudicada pelas queimadas que passarão a ocorrer na região.

Globo Amazônia, 08/07/2009

Museu - Comissão do Senado debate Ciência na Amazônia

07/07/2009 - 22h52

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) do Senado realiza nesta quarta-feira (8), a partir das 8h30, uma audiência pública para debater a pesquisa na Amazônia.

Com o tema "Discutir sobre o sistema de Ciência, Tecnologia e inovação na Amazônia legal, sob a perspectiva de um novo modelo regional de desenvolvimento", foram convidados representantes de cinco entidades e órgãos ligados ao tema e que atuam na Amazônia.

Participam da sessão a diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Ima Vieira, o conselheiro Lauro Morhy, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o pesquisador Imar César de Araújo, coordenador-geral do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), a diretora do Instituto Evandro Chagas (IEC), Elisabeth de Oliveira Santos e Cláudio José Reis Carvalho, chefe-geral da Embrapa-Amazônia Oriental.

O requerimento para a sessão foi feito pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Wellington Salgado (PMDB-MG) e pelo presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A sessão ocorrerá no plenário 13 da Ala Alexandre Costa, do Senado Federal.

Sobre as instituições

IEC - O Instituto Evandro Chagas, órgão vinculado à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS), possui sua sede em Belém e atua nas áreas de pesquisas biomédicas e na prestação de serviços em saúde pública. Com mais de setenta anos de existência, sua área de atuação está relacionada às investigações e pesquisas nas áreas de Ciências Biológicas, Meio Ambiente e Medicina Tropical. Há mais de sete décadas atuando em defesa da qualidade de vida da população brasileira, o IEC tem se notabilizado por inúmeras descobertas, o que o torna referência mundial como centro de excelência em pesquisas científicas.

Museu Goeldi - O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil. Está localizado na cidade de Belém, Estado do Pará, região amazônica. Desde sua fundação, em 1866, suas atividades concentram-se no estudo científico dos sistemas naturais e socioculturais da Amazônia, bem como na divulgação de conhecimentos e acervos relacionados à região.

SBPC - A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) é uma entidade civil, sem fins lucrativos nem cor político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, a SBPC exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País. Sediada em São Paulo, a SBPC está presente nos demais estados brasileiros por meio de Secretarias Regionais. Possui cerca de 80 sociedades científicas associadas e mais de 2 mil sócios ativos, entre pesquisadores, docentes, estudantes e amigos da ciência.

CBA - O Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA) foi criado no âmbito do Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade – PROBEM, inscrito no Primeiro PPA- Plano Plurianual do Governo Federal, o qual foi somente instituído em 2002 pelo Decreto no. 4.284, sendo seu Conselho representado por três ministérios: Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior - MDIC, Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, e Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Embrapa Amazônia Oriental - A Embrapa Amazônia Oriental teve sua origem em 1939, com a criação do Instituto Agrônomo do Norte (IAN). É um dos mais antigos centros de pesquisa da região amazônica e uma das 41 Unidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, empresa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Pesquisa e Desenvolvimento são as atividades fins da Embrapa Amazônia Oriental, trabalhando,

prioritariamente, com os seguintes temas: Recursos Naturais e Meio Ambiente, Recursos Genéticos e Biotecnologia, Produção Florestal e Agroflorestal, Produção de Cultivos, Produção Animal e Agroindústria.

Portal ORM, Amazônia, 8/7/2009

Pesquisa - Efeitos genéticos da falta de sono  
8/7/2009

Por Fábio de Castro

Agência FAPESP – Qual é a extensão das modificações moleculares ocorridas no cérebro depois de quatro dias e quatro noites sem dormir? E até que ponto um descanso de 24 horas pode reverter essas mudanças? Essas questões foram abordadas por um estudo feito na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com o objetivo de investigar as bases biológicas dos distúrbios de sono.

De acordo com o estudo, ratos privados por 96 horas do sono REM – fase que ocorre, em humanos, predominantemente na segunda metade da noite e que cientistas acreditam estar relacionada às funções cognitivas como atenção e memória, entre outras funções – apresentaram modificações em apenas 78 genes transcritos. Depois de 24 horas de descanso, 62% dos genes tiveram sua expressão normalizada. O estudo foi publicado na revista Behavioural Brain Research.

A pesquisa foi feita no Instituto do Sono, um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) da FAPESP. Os autores do artigo foram Camila Guindalini, Monica Andersen, Tathiana Alvarenga, Kil Sun Lee e o coordenador do instituto, Sergio Tufik.

De acordo com Camila, primeira autora do artigo, dentre os muitos estudos coordenados por Tufik nos últimos 30 anos, vários foram feitos com o modelo experimental específico baseado na privação de sono REM por 96 horas.

“Esse modelo gerou muita informação sobre a reação dos animais em termos de comportamento, capacidade de atenção, modificações hormonais e dados neuroquímicos, por exemplo. Os resultados desse novo estudo mostram que, com os métodos utilizados, poderemos a partir de agora inserir dados moleculares nesse conjunto, o que ajudará a explicar melhor os fenômenos”, disse à Agência FAPESP.

Segundo Camila, o córtex cerebral dos animais foi analisado em microarrays – lâminas preparadas com arranjo de fragmentos de RNA – e os dados foram validados com a técnica de reação de polimerase em cadeia em tempo real (RT-qPCR, na sigla em inglês).

“Essa técnica nos permitiu avaliar os genes de uma maneira global. Isto é, em vez de observar um gene específico, pudemos examinar como o conjunto se comporta depois de uma manipulação. Assim, avaliamos a expressão gênica global relacionada à privação de sono”, disse.

A observação global das modificações genéticas, segundo Camila, é importante por permitir avaliar as interações entre os diferentes genes. “Com isso, em vez de partir de uma hipótese específica, pudemos trabalhar com todo o sistema”, disse.

Camila explica que estudos anteriores já haviam demonstrado que algumas das alterações biológicas causadas pela privação de sono REM não são completamente revertidas depois de um período de rebote de sono – termo utilizado para indicar o fenômeno de um sono mais intenso após um período de privação.

“Sabemos que depois de 96 horas de privação de sono REM o animal não pode voltar à situação normal após o rebote. Ele pode demorar até dez dias para recuperar as condições anteriores. Um outro trabalho, por exemplo, mostrava que fêmeas privadas do sono por 96 horas, durante uma fase específica do ciclo estral, tinham o ciclo interrompido por dez dias”, afirmou.

Segundo a cientista, foi verificado que apenas 78 genes transcritos estavam alterados depois da privação de sono REM por 96 horas – incluindo genes relacionados a processos metabólicos, ritmo biológico (controle do período de sono e vigília), resposta a estímulos e regulação de proliferação celular.

“Achávamos que uma privação dessa magnitude iria gerar uma modificação maior, já que o genoma tem cerca de 25 mil genes. Mas, sabendo que havia essas alterações, a pergunta passou a ser: quantos desses genes voltam ao normal depois do rebote de sono?”, disse.

#### Base molecular

O estudo mostrou que 62% dos genes voltavam ao normal após 24 horas e o restante apresentava níveis intermediários de expressão. “Uma hipótese que levantamos a partir daí é que pode haver necessidade de mais tempo para a recuperação total, já que, quando o animal é submetido à eutanásia para fazer a análise, o que se tem é um retrato da expressão dos genes naquele momento”, disse Camila.

Para manter os animais privados do sono REM, segundo a pesquisadora, o método consiste em mantê-los em uma pequena plataforma onde precisam se equilibrar para não cair em um recipiente com água. Na fase REM do sono, explicou, os animais entram em atonia muscular – isto é, não se sustentam em seus músculos – e caem na água.

Esse tipo de modelo experimental foi aplicado a humanos também, segundo Camila. “Temos estudos nos quais monitoramos, por polissonografia, pessoas privadas do sono REM durante 96 horas. Também estudamos pessoas sob privação total de sono durante 48 horas.”

Olhando a expressão gênica de maneira global, o novo trabalho mostrou que as alterações verificadas nos animais após a privação de sono REM têm uma base molecular no cérebro. Com isso, os dados obtidos forneceram um conjunto de transcritos que podem estar relacionados à regulação do sono REM e à base biológica de distúrbios do sono.

“A partir de agora vamos estudar as alterações em outras áreas do cérebro além do córtex. O ponto principal é que mostramos que o método é eficaz para inserir a parte molecular em todos os outros modelos, possibilitando uma visão mais detalhada e basal”, disse.

O artigo *To what extent is sleep rebound effective in reversing the effects of paradoxical sleep deprivation on gene expression in the brain?*, de Camila Guindalini e outros, pode ser lido em [www.sono.org.br](http://www.sono.org.br)

Agência Fapesp, 8/7/2009

Pesquisa - Genes do colesterol

8/7/2009

Agência FAPESP – Vinte genes envolvidos no controle dos níveis de colesterol foram identificados por um grupo de cientistas do Laboratório Europeu de Biologia Molecular e da Universidade de Heidelberg (Alemanha). A descoberta representa um importante passo na busca pelo entendimento dos mecanismos por meio dos quais o balanço do colesterol é mantido.

O estudo foi publicado nesta terça-feira (7/7) na revista Cell Metabolism. “Os resultados podem abrir novas vias para o desenvolvimento de terapias. Podemos buscar, por exemplo, pequenas moléculas que possam ter algum impacto nesses genes”, disse o alemão Heiko Runz, um dos autores do trabalho.

Níveis elevados de colesterol na corrente sanguínea representam um grande fator de risco para problemas como aterosclerose e doença arterial coronariana. Por outro lado, o colesterol é um importante componente celular: 90% desse tipo de lipídio está dentro das células humanas, sem causar qualquer dano.

Os níveis de colesterol no sangue são parcialmente regulados por células que capturam o lipídio na corrente sanguínea, processo que Runz e colegas tentam decifrar.

Os pesquisadores removeram todo o colesterol de células isoladas e, em seguida, vasculharam o genoma humano em busca de genes que reagissem a mudanças nos níveis de colesterol a partir da alteração na sua expressão.

A abordagem de grande escala levou à identificação de centenas de genes que poderiam estar envolvidos na regulação. Para verificar quais realmente faziam parte do processo, o grupo usou a técnica de interferência de RNA de modo a sistematicamente “desligar” um a um os candidatos.

Com auxílio de microscopia eletrônica, os pesquisadores observaram quais eram os efeitos provocados pelo desligamento de cada gene, tanto na absorção de colesterol como no nível total do lipídio dentro das células.

O resultado foi a identificação de 20 genes envolvidos nos dois processos, 12 dos quais eram desconhecidos. Os cientistas europeus agora tentam descobrir exatamente como esses genes regulam os níveis de colesterol dentro das células.

Também estão examinando pacientes com o objetivo de determinar se os genes (ou alterações neles) constituem fatores de risco e se poderão ser usados como alvo para o desenvolvimento de medicamentos.

O artigo de Heiko Runz e outros pode ser lido por assinantes da Cell Metabolism em: [www.cell.com/cell-metabolism](http://www.cell.com/cell-metabolism).

Agência Fapesp, 8/7/2009

Pesquisa - Pesquisadores brasileiros apresentam crocodilo-tatu

terça-feira, 7 de julho de 2009 17h

RIO DE JANEIRO (Reuters) - Pesquisadores apresentaram nesta terça-feira partes do fóssil original de uma espécie de crocodilo que viveu no interior de São Paulo há 90 milhões de anos, que afirmam ser única e distinta de todos os animais desse tipo que já viveram na Terra.

O "Armadillosuchus arrudai", com cerca de 2 metros de comprimento e peso estimado de 120 quilos, tinha uma carapaça semelhante à de um tatu e viveu num clima quente e seco, segundo os pesquisadores do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Com crânio largo, focinho curto e estreito e placas ósseas distribuídas como armadura no pescoço e dorso, o crocodilo-tatu viveu há 90 milhões anos.

"O 'Armadillosuchus' só é encontrado no interior do Estado de São Paulo, e isso tem sido uma surpresa, inclusive pela possibilidade de se quebrar essa reflexão de que ao encontrarmos crocodilos estamos numa condição climática quente e úmida", disse a jornalista o paleontólogo da UFRJ Ismar de Souza Carvalho.

"Nesse caso, eles são crocodilos que vivem num clima bastante quente, seco e árido", afirmou. Segundo os pesquisadores, o animal viveu no período Cretáceo, com temperaturas diurnas de 45 graus Celsius.

O animal habitava numa região denominada Bacia Bauru, que abrangia o interior dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o norte do Paraná.

Os fósseis do "Armadillosuchus arrudai" -- incluindo cabeça, costela e pata -- foram encontrados no município paulista de General Salgado pelo professor Tadeu Arruda em 2005. O artigo científico relatando a descoberta do animal foi publicado no Journal of South America Earth Sciences no final do ano passado.

"A partir do momento que a gente tem algo único, adaptado a condições ambientais e climáticas que até então eram desconhecidas, e com crocodilos capazes de se desenvolverem nesse tipo de ambiente, a perspectiva da interpretação paleoambiental e paleoecológica pode ser vista com outros olhos", acrescentou o paleontólogo, um dos autores do artigo.

(Por Pedro Fonseca, com reportagem da Reuters TV)

Reuters, 8/7/2009. Publicado também no Correio Braziliense, Ciência e Saúde, 8/7/2009, no Estadão Online, Vida&, 08/07/2009 e no Portal G1, Brasil, 8/7/2009

## **Crocodilo-tatu pré-histórico viveu em SP**

08/07/2009 - 10h09

FÁBIO GRELLET

da Folha de S.Paulo, no Rio

Um réptil pré-histórico da família dos crocodilos --mas com uma inusitada carapaça, similar à de um tatu-- habitou o Brasil há 90 milhões de anos. Os descobridores da espécie revelaram seu trabalho ontem, apresentando uma reconstituição do animal no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O animal foi batizado com o nome científico *Armadillosuchus arrudai*. O primeiro nome, que designa o gênero do bicho, significa crocodilo-tatu. O segundo, que se refere à espécie, é uma homenagem a João Tadeu Arruda, 59, professor de ciências que faz pesquisas por conta própria e achou restos do animal em General Salgado, no interior paulista, em 2005.

Segundo os cientistas, o *Armadillosuchus* habitava também áreas do Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

A caracterização científica do animal foi feita pelo geólogo Ismar de Souza Carvalho e pelo paleontólogo Thiago Marinho, ambos da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro). O réptil, dizem, tinha dois metros de comprimento, pesava 120 kg, e guardava hábitos bem diferentes dos crocodilos atuais. "Crocodilos sempre foram associados a lugares úmidos, mas essa espécie vivia em um ambiente árido", diz Carvalho.

A carapaça servia para proteger o animal tanto das variações climáticas como dos ataques de predadores. E os estudos indicam que ele sabia mesmo escavar, como um tatu, e comia raízes de árvores e outros vegetais. O *Armadillosuchus* viveu no período Cretáceo, quando a temperatura diurna chegava a 45°C.

Segundo Carvalho, é provável que a extinção do animal esteja ligada a uma mudança climática que resfriou seu habitat. Apesar de ser similar aos crocodilos, não existem descendentes vivos do animal hoje.

Arruda diz que achou o fóssil por dica de um aluno que lhe levava um osso. "Pedi para ele me mostrar onde tinha achado, e encontramos vários outros", diz. "Notei a diferença [em relação a fósseis mais comuns] e pensei: "esse é horroroso".

Um estudo sobre o animal foi publicado no "Journal of South American Earth Sciences".

Folha Online, Ciência e Saúde, 08/07/2009

SBPC 2009 - Amazônia no centro das discussões

8/7/2009

Por Thiago Romero

Agência FAPESP – Após a última edição realizada em Campinas (SP), a 61ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) retorna à região amazônica com início no próximo domingo (12/7), no campus da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), em Manaus (AM), com o tema “Amazônia: Ciência e Cultura”. A programação se encerra no dia 17 de julho.

Os organizadores da maior reunião científica da América Latina, que terá cobertura diária da Agência FAPESP, esperam receber milhares de pesquisadores, docentes e estudantes do ensino superior, médio e fundamental, além de autoridades e gestores públicos.

“As expectativas para o encontro, que começou a ser preparado há dois anos, desde o término da edição em Belém, são as melhores possíveis, sobretudo no que diz respeito ao comparecimento do público. Já estamos com quase 4 mil inscritos para as atividades fechadas, como minicursos e apresentações de trabalhos, e, no total, esperamos receber de 12 mil a 15 mil participantes”, disse Marco Antonio Raupp, presidente da SBPC, à Agência FAPESP.

Serão mais de 170 atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, grupos de trabalho, encontros e sessões especiais. Haverá ainda 47 minicursos e cinco sessões de pôsteres, nas quais estão previstas a apresentação de mais de dois mil trabalhos científicos.

A programação contará com mais de 170 atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, grupos de trabalho, encontros e sessões especiais. Serão realizados ainda 47 minicursos e cinco sessões de pôsteres, nas quais está prevista a apresentação de mais de dois mil trabalhos científicos.

A programação científica abordará, em linhas gerais, gargalos e desafios da Amazônia nas diferentes áreas da ciência, tecnologia e inovação, especialmente em setores considerados cruciais para o desenvolvimento sustentável da região.

“A reunião será uma boa oportunidade para estreita cooperações com países vizinhos que detêm parte da floresta amazônica e que podem desenvolver projetos conjuntos visando à conservação e à sustentabilidade ambiental de toda a região”, afirmou Raupp, que também é professor livre-docente da Universidade de São Paulo (USP), pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e diretor-geral do Núcleo do Parque Tecnológico de São José dos Campos em São Paulo.

Durante a reunião serão discutidos temas de impacto nacional e mundial, como o valor da floresta em pé, geopolítica e recursos naturais, regularização fundiária, mudanças climáticas, gás e petróleo, exploração de minérios, direitos e educação indígena, ensino a distância, saúde da mulher, telemedicina, indústria e trabalho, biotecnologia e genômica na Amazônia, astronomia indígena, nanotecnologias sociais e novas tecnologias para o sequestro de carbono.

As atividades serão desenvolvidas em torno dos seguintes núcleos temáticos: “Amazônia: questões nacionais, multilaterais e mundiais”, “Ano Internacional da Astronomia”, “Clima, água e ambiente”, “Comunicação amazônica”, “Culturas amazônicas, conhecimentos científicos e saberes tradicionais” e “Desenvolvimento da Amazônia”.

“Direitos e titularidades”, “Educação”, “Geoprospecção e recursos minerais”, “História natural e humana”, “Ocupação da Amazônia e expedições científicas”, “Saúde humana” e “Tecnologia: passado, presente e futuro” completaram a programação temática.

“Um dos objetivos da programação científica da reunião é mostrar que o Brasil precisa da Amazônia com todas as suas riquezas naturais e culturais preservadas, o que inclui o patrimônio da biodiversidade, das águas, da atmosfera e das culturas tradicionais indígenas, de modo que o desenvolvimento econômico da região seja sempre harmonioso. Nessa linha de raciocínio, acreditamos que a ciência e a tecnologia são o caminho para a sustentabilidade ambiental e social da Amazônia”, disse Raupp.

A programação do evento inclui ainda a Jornada de Iniciação Científica, na qual serão apresentados os melhores trabalhos de alunos de graduação selecionados em 2008 por diferentes instituições de ensino superior. Já os alunos do ensino fundamental, médio ou técnico poderão ter um contato dinâmico com a ciência durante a programação da SBPC Jovem, evento de atividades educativas voltadas prioritariamente para crianças e adolescentes que contará com exposições, oficinas, vídeos e filmes.

Na ocasião também serão anunciados os vencedores do Prêmio José Reis de Divulgação Científica, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e do Concurso Cientistas de Amanhã, promovido pelo Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBCEC).

O Prêmio José Reis contemplará a instituição ou veículo de comunicação que tenha se destacado pelo trabalho de tornar acessível ao público conhecimentos sobre ciência e tecnologia. Já o Concurso Cientistas de Amanhã premiará cinco trabalhos de estudantes do ensino fundamental e médio.

Também constarão na 61ª Reunião da SBPC eventos tradicionais como a Exposição de Tecnologia e Ciência (ExpoT&C), mostra de projetos de ciência e tecnologia tradicionalmente realizada em conjunto com a reunião. O evento terá ainda a SBPC Cultural, com atividades nas expressões e valores artísticos locais e regionais, e a Feira de Livros, espaço para editoras e livrarias.

#### FAPESP na ExpoT&C

Além da cobertura diária da Agência FAPESP, a FAPESP marcará presença na 61ª Reunião Anual da SBPC com um estande na ExpoT&C que apresentará ao público as principais áreas de atuação, modalidades de financiamento, programas especiais e de inovação tecnológica e projetos de comunicação da Fundação.

O destaque do espaço será a exposição Brazilian Nature – Mystery and Destiny (Natureza Brasileira – Mistério e Destino), que tem como referência maior a Flora Brasiliensis, obra do botânico alemão Carl Philipp von Martius (1794-1868) que até hoje é o mais completo levantamento da flora brasileira.

Os painéis que compõem a mostra foram concebidos com base nos dados provenientes de três projetos apoiados pela FAPESP: a Flora Brasiliensis On-line e Revisitada, a Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo e o programa Biota-FAPESP.

O estande da Fundação contará ainda com totens de divulgação do Programa FAPESP de Pesquisas em Biocombustíveis (BIOEN), que tem o objetivo de apoiar a pesquisa relacionada a biocombustíveis, especialmente em etanol de cana-de-açúcar, com a colaboração de universidades e empresas, e do Programa Biota-FAPESP, que acaba de completar dez anos de atuação no mapeamento da biodiversidade paulista.

Os totens divulgarão também o Programa de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais, que pretende auxiliar na tomada de decisões informadas cientificamente com respeito a avaliações de risco e estratégias de mitigação e adaptação, e o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas, que financia pesquisas voltadas ao atendimento de demandas sociais concretas e busca a aproximação do sistema de ciência e tecnologia paulista com a sociedade.

O Programa Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE), cujo objetivo é financiar projetos desenvolvidos em colaboração entre universidades, institutos de pesquisa e

empresas, e o Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE), que apoia pesquisas científicas e tecnológicas em pequenas empresas sediadas no Estado de São Paulo, também serão apresentados.

O estande da Fundação paulista divulgará ainda o portal FAPESP, a Agência FAPESP e a revista Pesquisa FAPESP, além de outras publicações científicas e impressos dos diversos programas apoiados.

Mais informações sobre a 61ª Reunião Anual da SBPC e sua programação: [www.sbpcnet.org.br](http://www.sbpcnet.org.br).

Agência Fapesp, 8/7/2009

## SBPC 2009 - Inpe mostra o programa espacial para a Amazônia na SBPC

08/07/2009 – 7h40

Uma pesquisa sobre a percepção pública da ciência e tecnologia realizada com mais de 2 mil pessoas em todo o País, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em parceria com a Academia Brasileira de Ciências (ABC) e divulgada em 2007, revelou um baixíssimo conhecimento dos benefícios do Programa Espacial Brasileiro em diversos aspectos diretamente ligados ao cotidiano dos entrevistados.

À pergunta Que áreas de pesquisa você julga mais importantes para o País desenvolver nos próximos anos?, por exemplo, só 6% responderam Exploração espacial, que ficou em penúltimo lugar, atrás apenas da Nanotecnologia (3%).

Os números apontam claramente a necessidade de se divulgar e esclarecer a ligação intrínseca do Programa Espacial Brasileiro com estudos relacionados a temas como agricultura, Amazônia, meteorologia e mudanças climáticas, justificando a importância dos investimentos nessa área para o desenvolvimento e a economia do País.

“Ampliar a competência brasileira na engenharia de satélites, aumentando a competitividade da indústria espacial nacional, faz parte de uma política de produção de ciência e tecnologia que visa contribuir com a qualidade de vida e qualificar o País como potência ambiental”, afirma Gilberto Câmara, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCT), que aborda o assunto em conferência na 61ª Reunião Anual da SBPC. Promovido pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o evento se realiza na próxima semana (12 a 17) em Manaus (AM).

“Nosso programa espacial deve refletir essa vocação ambiental. O Inpe tem se posicionado para ser o principal centro de pesquisa e desenvolvimento nacional nas áreas de espaço e ambiente. Para isso, a engenharia espacial constroi satélites para responder a diferentes desafios científicos que necessitam de dados de observação da Terra”, explica Câmara. Segundo ele, os satélites devem produzir dados sobre a Terra e também subsidiar o desenvolvimento de pesquisas para transformar esses dados em conhecimento, produtos e serviços para o Brasil e para o mundo.

### Programa Cbers

Os satélites de sensoriamento remoto são uma poderosa ferramenta para monitorar o território de países de extensão continental, como o Brasil. O Programa Cbers – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres -, que completou 20 anos em 2008, é um grande sucesso junto à comunidade de especialistas de sensoriamento. Três modelos da família Cbers já foram lançados, o último deles em 2007. Até 2014 estão previstos os lançamentos de mais dois satélites.

Desde junho de 2004, quando as imagens Cbers ficaram disponíveis na internet, mais de meio milhão de imagens já foram distribuídas gratuitamente para cerca de 20 mil usuários de mais de duas mil instituições públicas e privadas, comprovando os benefícios econômicos e sociais da oferta gratuita de dados. Em média são registrados diariamente 750 downloads no Catálogo Cbers.

As imagens são usadas em campos como o controle do desmatamento e queimadas na Amazônia Legal, a expansão da agropecuária, o monitoramento de recursos hídricos, o crescimento urbano, a ocupação do solo, a educação e diversas outras aplicações. Também é fundamental para grandes projetos nacionais estratégicos, como o Projeto Prodes, que avalia o desflorestamento na Amazônia, o Sistema Deter, que mensura o desflorestamento em tempo real, e o monitoramento das áreas canavieiras do País (Canasat).

O Cbers fez do Brasil um dos maiores distribuidores de imagens de satélite do mundo. Com o programa o País passou a dominar a tecnologia para o fornecimento de dados de sensoriamento remoto. Até então, o Brasil dependia exclusivamente de imagens fornecidas por

equipamentos estrangeiros. Os países da América do Sul, que estão na abrangência das antenas de recepção do Inpe em Cuiabá (MT), são os mais beneficiados por esta política. O download gratuito das imagens pode ser feito no site do Inpe ([www.inpe.br](http://www.inpe.br)).

#### Múltiplos usuários

Além do conhecimento tecnológico, o Programa Espacial Brasileiro também traz benefícios sociais. As aplicações das imagens obtidas a partir dos satélites Cbers são as mais variadas, desde mapas de queimadas e desflorestamento da região amazônica, até estudos na área de desenvolvimento urbano nas grandes capitais do País.

Entre os usuários destacam-se órgãos como Petrobras, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) e Agência Nacional de Águas (ANA), além de organizações não-governamentais e empresas de geoprocessamento.

O IBGE, por exemplo, usa os dados para atualizar seus mapas em projetos de sistematização do solo, assim como o Incra emprega as imagens nos processos ligados à reforma agrária. As aplicações no setor agrícola e de monitoramento ambiental costumam causar maior impacto econômico e social devido às dimensões continentais do Brasil. Sem uma ferramenta acessível, vigiar um território tão extenso seria quase impossível.

A conferência Os Benefícios do Programa Espacial Brasileiro para a Amazônia, do diretor do Inpe, Gilberto Câmara, será na sexta-feira (17), às 10h30. A 61ª Reunião Anual da SBPC na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) terá 175 atividades, entre conferências, simpósios, mesas-redondas, grupos de trabalho, encontros e sessões especiais, além de apresentação de trabalhos científicos e minicursos. Veja a programação em [www.sbpcnet.org.br/manaus](http://www.sbpcnet.org.br/manaus).

MCT, 8/7/2009

08/07/2009 – 07h30

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, ressaltou, ontem (7), que as bolsas de extensionismo, oferecidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), são instrumentos importantes para a sustentabilidade dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs). “Por isso é importante encontrar recursos para manter e financiar essas bolsas”, afirmou na abertura do Fórum Extensão Tecnológica dos Institutos Federais, realizado na Câmara dos Deputados.

Rezende disse que o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) estuda a possibilidade de criar uma relação percentual do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) para manter os recursos destinados às bolsas de extensionismo. “A aprovação da regulamentação do FNDCT representou um avanço para a ciência e tecnologia, que garantiu mais recursos dos Fundos Setoriais. Agora, seria importante institucionalizar a bolsa de extensão, que é importante para capacitar a população brasileira”, acrescentou.

O ministro explicou que os alunos contemplados pelas bolsas de extensionismo ministram aulas nas unidades dos CVTs, capacitando pessoas em diversas áreas de conhecimento. Outra característica levantada por Rezende é que cada curso dos CVTs prioriza atender a uma atividade econômica no município. “Esses CVTs vem ocupando espaços que os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) não alcançam e capacitam de maneira mais simples as pessoas para trabalhar nas mais diversas áreas”.

Rezende lembrou que a cultura da falta da inovação tecnológica nas empresas está mudando. Segundo ele, CVTs, os Cefets e, principalmente as universidades vem trabalhando para mudar este quadro. “As universidades têm a responsabilidade de fazer chegar a inovação nas empresas e, também, produzir conhecimentos”, disse.

Presente ao Fórum, o secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis) do MCT, Joe Valle, defendeu maior integração entre os Cefets e os CVTs. “O caminho da sustentabilidade é a parceria de institutos nacionais com os Centros Vocacionais de Tecnologia”, disse.

### **Projeto**

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), garantiu que dará prioridade de tramitação ao Projeto de Lei 7394/06, que cria o Fundo de Extensão da Educação Profissional e pode garantir recursos para um programa de bolsas de extensão, de forma a qualificar pessoas de baixa renda. A medida visa a proporcionar a inclusão digital da população carente e aumentar as oportunidades dessas pessoas conquistarem postos de trabalho com salários mais elevados.

O projeto foi apresentado pelos deputados Ariosto Holanda (PSB-CE) e Inocêncio Oliveira (PL-PE) e tem, entre outras ações, a capacitação tecnológica da população, a criação de cursos de qualificação profissional, atividades de extensão em universidades públicas e de assistência técnica e extensão rural.

MCT, 8/7/2009

Amazônia - Lei obriga embarcações a proteger motores e eixos

Quarta-feira, 08/07/2009, 8h

Zenaide é uma das centenas de vítimas do escalpelamento no Pará. O governo federal publicou ontem, no Diário Oficial da União, a Lei 11.970, que obriga os donos de embarcações a usar a proteção no motor, eixo e partes móveis de seus veículos. A nova legislação, sancionada pelo vice-presidente José Alencar, altera a Lei 9.537, de 1997, a qual dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional, porém sem atentar a acidentes, como o escalpelamento e o desenluvamento, decorrentes da falta de proteção do equipamento.

Segundo o presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Sarapó, o médico Cláudio Brito, desde a década de 1970, só no Pará, são registrados pelo menos dois casos por mês. "Se fizermos um cálculo, hoje devem haver cerca de 2 mil vítimas desse acidente", comenta.

Para o médico, a norma soma-se a outra já existente no Pará, resultante de uma luta antiga por causa dos inúmeros casos registrados no Estado, cujas vítimas principais são mulheres e crianças.

Agora, a luta das organizações é para que de fato a legislação seja respeitada e o quanto antes sejam instalados os equipamentos de proteção dos motores nas embarcações. Segundo o presidente da ONG Sarapó, por meio de uma parceria com a Marinha do Brasil este mês, entre 24 e 26 de junho, serão entregues nas regiões ribeirinhas 200 equipamentos de proteção para proprietários de embarcações registradas no órgão. "Esse é só o primeiro momento e esperamos ultrapassar essas 200 embarcações, fazendo novos cadastros e sempre com o apoio da Marinha, que também é nossa parceira junto aos empresários", declara. (Diário do Pará)

Portal Diário do Pará, Pará, 08/07/2009

### **Nova lei obriga barcos a terem proteção contra escalpelamento**

07/07/09 - 19h08

Motor e eixo das embarcações precisarão ser cobertos.  
Acidente, que atinge principalmente mulheres, é comum na Amazônia.

Iberê Thenório  
Do Globo Amazônia, em São Paulo

Uma lei sancionada nesta segunda-feira (6) pelo presidente em exercício José Alencar pode prevenir a ocorrência de escalpelamentos. Esse acidente costuma ocorrer em embarcações, com pessoas de cabelos compridos. Ao se aproximarem de partes móveis do barco, como o motor ou o eixo, os cabelos se enroscam no maquinário, arrancando o couro cabeludo e muitas vezes parte do rosto.

Maria do Socorro Damasceno, presidente da Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia, teve parte do rosto arrancada aos sete anos. (Foto: Wilson Dias/Abr) A nova lei obriga barcos a usarem proteção no motor, eixo e partes móveis. O veículo flagrado sem o uso desses equipamentos poderá ser apreendido e multado, além do condutor ter suspensa a habilitação para navegar. Em caso de acidentes pela falta das proteções, quem dirige o barco pode ser processado criminalmente.

### **Ribeirinhos da Amazônia**

Maior parte dos acidentes acontece quando mulheres enroscam o cabelo no eixo giratório dos barcos, que é mal protegido. A maior parte dos escalpelamentos ocorre na Região Norte, onde o transporte por barcos é mais comum. Segundo o Centro de Voluntariado na Amazônia, que luta contra esse problema, a maioria dos acidentes acontece com crianças do sexo feminino.

Para poderem voltar à vida cotidiana, as vítimas do escalpelamento têm que passar por cirurgias plásticas, que reconstróem o couro cabeludo e o rosto. “Essas mulheres têm depressão, choram muito. Elas ficam marcadas”, relata a deputada Janete Capiberibe (PSB/AP), autora do projeto de lei.

Segundo a parlamentar, o último acidente desse tipo ocorreu há três semanas. “Uma criança de cinco anos caiu do colo da mãe e enroscou o cabelo no eixo. Todos os seus cabelos foram arrancados.”

### **Assistência**

Capiberibe explica que as mulheres vítimas de escalpelamento já conquistaram tratamento especial no Ministério da Saúde, pelo qual podem fazer cirurgias de reconstrução gratuitamente. Além disso, elas também têm acesso a uma indenização de R\$ 3.500, semelhante ao seguro obrigatório recebido pelas vítimas de acidentes de carro.

Globo Amazônia, 08/07/2009

### **Proteger o eixo de motores de embarcações será obrigatório a partir de 6 de agosto**

Edição de 08/07/2009

Embarcações que navegam os rios da Amazônia têm até o dia 6 de agosto para proteger o eixo dos motores. A determinação é do vice-presidente da República, José Alencar, que sancionou, na última segunda-feira, a lei 11.970/2009, que torna obrigatório o uso de proteção no motor, eixo e partes móveis das embarcações com o objetivo de reduzir os acidentes com escalpamentos que, no Pará, fizeram 13 vítimas somente no primeiro semestre desse ano.

Publicada no Diário Oficial da União de ontem, a lei é resultado do projeto 1.523/2007, da deputada federal Janete Capiberibe (PSB/AP), que aponta os Estados da foz do rio Amazonas e o Estado de Santa Catarina como as regiões que registram o maior número de casos de escalpamento.

No Pará, segundo Cláudio Brito, presidente da Organização Não Governamental (ONG) Sarapó, cerca de 100 mil embarcações navegam sem a proteção adequada no eixo do motor, o que é considerado o grande responsável pelo escalpamento. 'Na verdade, a lei que acaba de ser sancionada já existia. O que aconteceu é que ela passou a ser mais específica ao exigir a obrigatoriedade do protetor do eixo das embarcações que não se garantam a segurança dos passageiros, a maioria ribeirinhos', explica Cláudio Brito.

Cláudio acredita que o prazo determinado pela lei sancionada na última segunda-feira, será determinante para auxiliar no trabalho realizado pela ONG Sarapó nesses oito anos de atuação da entidade. Uma espécie de banco de dados foi criado pela Sarapó, com o objetivo de selecionar embarcações para receberem, gratuitamente, o protetor que vai garantir a vida de centenas de famílias marajoaras, as mais afetadas com casos de escalpamento. A ação vai acontecer no município de Breves, no dia 25 deste mês, quando os 200 protetores serão entregues aos donos das embarcações selecionadas.

Amazônia Jornal, Cidades, 8/7/2009

Amazônia - Serviço Florestal apresenta edital de concessão florestal no Pará

Empresas, entidades da sociedade civil e vereadores tiraram dúvidas sobre a concessão florestal na Flona Saracá-Taquera

De olho nos empregos que podem ser gerados com a concessão florestal, a prefeitura de Oriximiná, na região da calha norte do Pará, já começou a se movimentar. “Estamos preparando um cadastro de técnicos florestais, técnicos de meio ambiente e pessoas que operam trator de skider para ficar à disposição das empresas que vão se habilitar”, diz o secretário de Meio Ambiente, Cláudio Luiz Navarro.

Navarro foi um dos participantes dos encontros promovidos pelo Serviço Florestal Brasileiro, na semana passada, para divulgar o edital de concessão florestal na Flona Saracá-Taquera. Os eventos aconteceram em cinco municípios paraenses: Belém, Santarém, Porto Trombetas, Oriximiná e Terra Santa.

Oriximiná é uma das três cidades que receberão cerca de R\$ 341 mil anuais cada, dos R\$ 7,3 milhões/ano que o Serviço Florestal espera arrecadar com a concessão. Os outros dois municípios são Faro e Terra Santa. O estado do Pará ficará com R\$ 1 milhão.

Esses recursos deverão ser aplicados, obrigatoriamente, em ações de conservação das áreas verdes e desenvolvimento do setor florestal sustentável. O restante será rateado entre o Ibama, ICMBio e Serviço Florestal.

Durante os encontros, cada um com um público predominante, entre empresários, prefeitos, vereadores, organizações civis e trabalhadores, os presentes puderam tirar dúvidas e fazer sugestões à concessão dos 140 mil hectares, do total de 429 mil ha da Flona Saracá-Taquera. O edital está aberto desde o último dia 9.

A iniciativa ajudou a mostrar que os ganhos da concessão vão além da oferta de madeira legalizada. “A atividade é capaz de dar fôlego para a economia local”, garante o gerente de concessões do Serviço Florestal, Marcelo Arguelles.

“Uma empresa que vem para a região traz dinheiro para circular no município, gera empregos, paga impostos, que, no final, são até mais importante do que os recursos que iremos arrecadar”, afirma ele.

Em Terra Santa, cidade de 15 mil habitantes, próxima à maior unidade de manejo oferecida pelo edital, com 90 mil hectares, a expectativa é de que ali sejam sediadas instalações para processamento de madeira e de ser o polo de escoamento da produção.

“A cidade precisa arrecadar mais”, diz o dono de restaurante e presidente da Associação de Micro e Pequenas Empresas da região, Ademar Bentes. Para ele, se de fato a produção da Flona sair por ali, novas empresas serão criadas e o porto receberá investimentos. “É mais dinheiro circulando”, acredita.

A estimativa é que direta e indiretamente sejam criados cerca de 2,6 mil empregos na região. O próprio edital de licitação prevê que 60% da pontuação sejam calculados com base em critérios sócio-ambientais, que incluem o número de postos de trabalho a serem abertos e políticas afirmativas – além de investimentos em construção, capacitação, entre outros.

O edital para as propostas de manejo florestal em Saracá-Taquera ficará aberto até 31 de julho. Para saber mais, visite a página eletrônica do Serviço Florestal Brasileiro: [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br).

Serviço Floresta Brasileiro, 8/7/2009

Amazônia – Opinião – Entrevista: Adalberto Val

23h00- 06/07/2009

Os desafios que a Amazônia apresenta para os cientistas vão além do reconhecimento da área. Nos primeiros anos, essa foi a principal missão do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia. Além de catalogar as espécies encontradas, também assumiu o compromisso de expandir uma forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia.

Entrevistado:

- Adalberto Val, Inpa.

Clip & Clipping, CULTURA/SP - RODA VIVA, 08/07/2009

Energia - Vale vê com cautela possível disputa por usina Belo Monte  
07/07/2009 - 14h57

CIRILO JUNIOR  
Da Folha Online, no Rio

O presidente da Vale, Roger Agnelli, afirmou nesta terça-feira que a mineradora está avaliando com "bastante cautela" a possibilidade de disputar o direito de construir a usina hidrelétrica de Belo Monte (PA). Segundo o executivo, a Vale está avaliando e comparando os custos de geração de energia no país em relação ao exterior. Para ele, o preço da energia, no Brasil, está muito caro.

"Para a Vale, energia interessa como insumo de produção. E energia tem que ser competitiva. Então vamos ter que comparar Belo Monte com outros projetos no mundo inteiro, que estamos avaliando", declarou, depois de participar do lançamento do programa "Brasil Vale Ouro", que apoia atletas em formação, nas modalidades de judô, natação e atletismo.

O objetivo da Vale, segundo Agnelli, é obter energia para consumo próprio. Ele destacou que não a companhia é a principal consumidora de energia do país, e não tem interesse em ganhar com vendas no mercado.

O governo pretende leiloar a outorga de construção de Belo Monte até o final do ano. A usina terá capacidade instalada de 11.181 MW (megawatts), quase o dobro das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira (RO), somadas.

Agnelli voltou a se queixar da burocracia para se tocar grandes projetos, e lembrou que paralisações nas obras da usina hidrelétrica de Estreito (TO) encareceram o projeto.

"Construímos Estreito, e não está saindo barato porque, de repente, para tudo tem uma questão ambiental, vem o Ministério Público... E quando se tem 10.000, 15.000 pessoas no canteiro e se tem que parar, encarece o custo da obra. Não está fácil investir no Brasil, continua muito difícil, lento, burocrático e complicado fazer grandes projetos", criticou.

Folha

Online,

Dinheiro,

08/07/2009

Produção - Safra de grãos sofre queda de 15% no Pará

Quarta-feira, 08/07/2009, 08h47

A safra paraense de grãos, como soja, milho e arroz apresentou uma queda de 15% este ano. Segundo Carlos Xavier, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, a queda é acentuada pela descapitalização do produtor rural. "O produtor plantou a mesma área, mas não ampliou um nível tecnológico alto, por isso houve queda na produtividades".

A safra nacional deve apresentar queda de 8,7% em relação a 2008, segundo estimativa do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). A safra deve somar 113,3 milhões de toneladas em 2009, enquanto que em 2008 atingiu 146,6 milhões de toneladas. (Diário do Pará)

Portal Diário do Pará, Pará, 08/07/2009

Produção - Acordo sobre a carne vai ser selado hoje

08/07/2009 - 8h20

A queda-de-braço entre o Ministério Público Federal (MPF), pecuaristas, frigoríficos e governo do Estado chegou ao fim. Hoje, às 10h30, no auditório do Centro Integrado de Governo (CIG), a governadora Ana Júlia Carepa assina um Termo de Compromisso, estabelecendo conjunto de ações do governo para modernizar a cadeia Agropecuária do Pará. A Federação da Agricultura do Estado (Faepa) e a União das Indústrias Exportadoras de Carne (Uniec) também assinam um documento para o MPF, que será a base do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que 21 propriedades, 10 frigoríficos e três curtumes deverão cancelar individualmente, a partir de hoje, junto à Procuradoria Geral da República no Pará.

O consenso só foi possível depois de algumas concessões de todos os lados. Os produtores rurais conseguiram que o MPF garantisse a suspensão das ações ajuizadas na Justiça Federal. O Ministério Público exigiu do Estado prazos e garantias bem específicas, que extrapolam até a função de fiscalização. O governo vai pagar, por exemplo, uma auditoria no valor de R\$ 5 milhões para checar se a indústria da carne e os pecuaristas estão, de fato, cumprindo o TAC à risca.

O secretário de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Maurílio Monteiro, informou que o Termo de Compromisso que o governo vai assinar contém as garantias que o Ministério Público tanto deseja, entre as quais a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) autodeclaratório, a implantação da Guia de Transporte Animal eletrônica (GT Ae), o Zoneamento Econômico Ecológico da Calha Norte e Zona Leste, a compensação externa de reserva legal, que pode ser o condomínio de reserva legal com manejo e reflorestamento de outras áreas alteradas e antropizadas no território paraense.

Portal ORM, Pará, 8/7/2009

Terra & Trabalho - Governo de RR vai comprar fazenda da família Jucá para construir casas de programa habitacional  
08/07/2009 - 8h30

JOÃO CARLOS MAGALHÃES  
da Agência Folha, em Belém

O governo de Roraima anunciou que vai comprar ao menos parte de uma fazenda da família do senador Romero Jucá (PMDB-RR), nos arredores de Boa Vista, para construir casas do programa habitacional federal Minha Casa, Minha Vida.

Tanto o senador quanto o governo afirmaram que a negociação é legal, e disseram que não há nenhum tipo de influência política nela.

O terreno a ser desapropriado --hoje considerado uma área urbana, devido ao crescimento da cidade-- tem 240 hectares. Nele, caberão cerca de 4.600 casas. No total, a propriedade tem 1.600 hectares, segundo a assessoria de Jucá.

A desapropriação do imóvel, conduzida por uma comissão de engenheiros e arquitetos, ainda não foi terminada, e por isso não há um valor já definido para a compra.

Mas o governo estadual afirmou que se dispõe a pagar, no máximo, R\$ 3 milhões pela área, montante que disse ser inferior ao calculado em uma avaliação feita pela Caixa Econômica Federal.

O negócio ocorre no momento em que Jucá se aproxima da gestão do governador José de Anchieta Júnior (PSDB).

O estreitamento de relações só pôde se concretizar depois da morte, no final de 2007, de Ottomar Pinto, antigo rival de Jucá, que havia sido reeleito governador em 2006.

Anchieta era vice de Ottomar e, ao ocupar seu lugar, abriu espaço em seu secretariado para o grupo de Jucá --líder da bancada governista no Senado.

### **Sede informal**

A fazenda funcionou como sede informal da prefeitura de Boa Vista entre 2001 e 2006, quando Teresa Jucá, ex-mulher do senador, era prefeita.

Lá, ela chegou a despachar e a receber a imprensa, em um escritório na casa da fazenda, situada próxima ao bairro Cidade Satélite --onde já foram feitas outras desapropriações para o programa de moradias do governo federal.

A propriedade não consta na lista de bens entregue nem por Teresa nem por Jucá à Justiça Eleitoral em 2006, última eleição que disputaram.

A assessoria do senador disse que "há dez anos" ele passou a fazenda para o nome dos filhos, mas não especificou em que condições aconteceu essa transferência.

De acordo com vizinhos da propriedade, Romero só aparece nela esporadicamente, e Teresa deixou de morar lá desde que perdeu a última eleição para o Senado, em 2006, para a qual se licenciou da prefeitura.

Depois, ela foi para Brasília. Hoje ela é secretária nacional de Programas Urbanos, no Ministério das Cidades.

A Folha procurou, desde a semana passada, a assessoria de Romero para perguntar quanto o senador esperava ganhar com o negócio e se o dinheiro será dividido com Teresa, visto que eles estão separados, ou se ficará com os filhos. Não houve resposta.

A reportagem também deixou recados na secretaria da qual Teresa é titular. Até a conclusão desta edição, ela não ligou de volta para comentar o assunto.

Folha Online, Brasil, 08/07/2009

## Populações Indígenas - Justiça dá cidadania aos Karitiana em Rondônia

Qua, 08 de Julho de 2009 10h47

Desembargadora procura indígenas e formaliza parcerias. O Judiciário apóia ações de desenvolvimento social e consciência ambiental

LÚ BRAGA

contato@agenciaamazonia.com.br Este endereço de e-mail está protegido contra spambots. Você deve habilitar o JavaScript para visualizá-lo.

PORTO VELHO, RO – Indígenas Karitiana, a cem quilômetros de Porto Velho, ganharam um forte parceiro para conseguir cobrar seus direitos: a Justiça. Acompanhada do diretor do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) Vivaldo Matos e do assessor de relações institucionais da Construtora Odebrecht, Valdemar Camata, a desembargadora visitou a terra indígena, onde anunciou parcerias firmadas com o Senai e a Odebrecht, para capacitar o povo com aulas de informática. O curso será iniciado no próximo dia 23 de julho, na escola do Senai, na Capital e terá um mês de duração.

Segundo a desembargadora, o Poder Judiciário tem apoiado ações que contribuem para o desenvolvimento humano, conscientização ambiental. Assim, dá prioridade à transparência e ao respeito com o cidadão. "Temos focado nossos trabalhos em responsabilidade social de forma ampla com a integração da instituição à sociedade. Acredito que a parceria firmada com o Senai proporcionará aos indígenas a continuidade aos estudos, a divulgação e preservação da cultura Karitiana", ela disse.

O diretor do Senai, Vivaldo Matos, se disse surpreso a realidade da aldeia. "Não sabia qual era o cenário dos Karitiana. Mais uma vez ressalto o importante trabalho desempenhado pelo Judiciário Estadual. São experiências que proporcionam outras cooperações para beneficiar a sociedade de um modo geral. O Senai está de portas abertas para receber os índios e com certeza outros projetos do TJ vão ser atendidos por nós". Já o assessor de relações institucionais da Odebrecht, Valdemar Camata, disse que era um observador das ações do TJ, mas que o Judiciário está desempenhando o seu papel social "com excelência".

### Multiplicadores

Os índios reunidos agradeceram o apoio recebido pelo Judiciário e disseram que estão tomados pela ansiedade de poder fazer parte do mundo digital. Para o índio Luiz Carlos Karitiana, a capacitação chegou em boa hora. Ele diz que foi beneficiado com a capacitação de professor e hoje trabalha como multiplicador na aldeia.

"Quero ver o meu povo capaz de competir no mercado. Estamos estudando e ajudando um ao outro para que possamos, dentro da nossa cultura, alcançar muitas oportunidades. O TJ já deu os computadores e agora o curso. Vamos participar de todas as aulas no Senai e escrever a nossa história", afirmou o índio.

A professora Glória Dantas, que leciona na aldeia, explicou que a integração do índio com o mundo digital vai proporcionar ganhos para os Karitiana. "Nós que trabalhamos com os indígenas ficamos realizados quando nos deparamos com oportunidades como esta. O Judiciário tem demonstrado compromisso com o social".

Agência Amazônia, 8/7/2009

Direitos Humanos – Grupo de trabalho viaja nesta quarta para iniciar buscas por desaparecidos do Araguaia

07/07/2009 - 22h33

No dia 10 de agosto o Exército pretende iniciar o trabalho de escavações na busca de restos mortais de pessoas mortas na Guerrilha do Araguaia, no começo dos anos 1970. As escavações ocorrerão até outubro em Marabá, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, municípios do Pará; e em Xambioá, no estado de Tocantins.

Quatorze pontos serão escavados. Antes das buscas, o Exército fará a demarcação topográfica dos terrenos. O grupo de trabalho criado pelo Ministério da Defesa para localizar, recolher e identificar os corpos viaja amanhã (8) para Marabá.

A ausência de parentes dos desaparecidos e membros da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos no grupo de trabalho criado pelo Ministério da Defesa tem gerado críticas. Criméia Alice Schmidt de Almeida, presidente da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, chegou a questionar a legalidade do grupo de trabalho.

Segundo Paulo Vannuchi, secretário de Direitos Humanos da Presidência da República, a operação que tem início amanhã “não representa nenhum passo novo”. O ministro informou que a Presidência discute um acordo interministerial para que os parentes dos desaparecidos e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos supervisionem as atividades do grupo de trabalho.

O presidente da comissão especial, Marco Antônio Rodrigues Barbosa, está “otimista” quanto à “efetiva supervisão e participação na empreitada”, e afirmou que o trabalho “não poderia acontecer” sem a participação da comissão e de parentes dos desaparecidos. Ele acredita que o Exército tem o interesse em esclarecer o episódio da Guerrilha do Araguaia. “Não se pode cogitar que o Exército hoje seja o mesmo que participou daquela violência”, disse.

Para Aldo da Silva Arantes, ex-deputado federal pelo PC do B (GO) e observador independente do grupo de trabalho criado pelo Ministério da Defesa, “é importante que a Secretaria de Direitos Humanos tenha participação nas apurações”.

Ele acrescentou que o sucesso das investigações no Araguaia dependerá de informações das pessoas que participaram da repressão à guerrilha. “Uma questão chave é ter as informações claras de onde ocorreram os enterros. Quem tem essas informações são as forças de repressão e aqueles que participaram diretamente”, disse citando o coronel reformado Sebastião Curió.

O deputado federal José Genuíno (PT-SP), ex-guerrilheiro no Araguaia, não quis comentar a participação de parentes dos desaparecidos e da área de direitos humanos do governo nas operações. Ele disse apenas que é a primeira vez que uma apuração efetiva ocorre graças à ação judicial. Genuíno destacou o reconhecimento da ossada de Bergson Gurjão Farias de quem era amigo, colega do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal do Ceará e de militância no PC do B.

Portal ORM, Pará, 8/7/2009

### **Busca por ossadas no Araguaia começa hoje**

Agência Estado

Publicação: 8/7/2009 09h59

Começa nesta quarta-feira (8/7) a fase preparatória das novas buscas de corpos de integrantes da Guerrilha do Araguaia (1972-1975) no Sul do Pará. Uma equipe do Ministério da Defesa visitará a Casa Azul - principal base militar na região durante o conflito - e o cemitério São Miguel, no centro antigo de Marabá. Dos 67 guerrilheiros mortos pelo Exército, apenas dois

tiveram os corpos identificados até hoje pelo governo - Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias. A possível retirada de corpos só ocorrerá em agosto.

O campo militar da Casa Azul foi local de prisão, tortura, interrogatórios e até fuzilamento. Boa parte dos 41 guerrilheiros executados pelo Exército passou pelas celas da base militar, que fica à beira da Transamazônica e do Rio Itacaiúnas, entre eles, Arlindo de Pádua Costa (Piauí), Cilon Brum (Comprido) Dinalva Teixeira (Dina) e Maria Luiza Garlippe (Tuca). Um dos torturados, o guerrilheiro José Piauhy Dourado, o Ivo, não suportou a violência do interrogatório e acabou morto na própria base da Casa Azul.

A visita da expedição do Ministério da Defesa, no entanto, tem características simbólicas. É provável, segundo militares que participaram dos combates, que os corpos enterrados em bases como a da Casa Azul, de Xambioá e da Bacaba tenham sido exumados durante a chamada Operação Limpeza, em 1975, e levados para cemitérios clandestinos da região. Amanhã, a expedição visitará a base militar da Bacaba e sítios no município de São Domingos do Araguaia.

Correio Braziliense, Brasil, 8/7/2009

### **Araguaia: começa hoje a busca oficial por corpos**

Quarta-feira, 08/07/2009, 09h38

O grupo criado para buscar os corpos de desaparecidos desconhece o processo democrático, passa por cima de uma lei federal que tem poderes legais para realizar esta operação, e desconhece também a participação da sociedade civil organizada e dos familiares”.

A crítica a respeito do Grupo de Trabalho Tocantins - que inicia hoje, por Marabá, as ações de buscas por corpos de integrantes da Guerrilha do Araguaia - é feita por Diva Santana, irmã de Dinaelza Santana Coqueiro e cunhada de Vandick Coqueiro. Dinaelza e Vandick, que foram executados durante as ações de combate à guerrilha em 1974. Desde essa época Diva procura pelos restos mortais dos parentes desaparecidos. Por conta dessa busca, ela se tornou vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais na Bahia.

Diva Santana lembra que o Grupo de Trabalho Tocantins é o resultado do cumprimento de uma sentença judicial em ação movida há 23 anos pelos familiares dos desaparecidos políticos na Guerrilha do Araguaia. “Foi uma sentença prolatada pela juíza Solange Salgado em 2003, tendo a União recorrido em todas as instâncias judiciais e perdido”. Diva afirma ainda que o Brasil está sendo julgado pela Corte Internacional pelos crimes cometidos na época, como assassinatos, ocultação de corpos e a não informação necessária, principalmente às famílias.

Segundo Diva Santana, o Grupo de Trabalho Tocantins é uma operação montada para mostrar que se tentou cumprir a sentença. “Neste país tudo pode acontecer. Nós familiares, queremos nossos mortos, queremos a história e queremos justiça, afirmando que justiça não é revanche. Faço votos que o ministro da Defesa responda à decisão da sentença, de localização dos vestígios humanos, circunstâncias das mortes e abertura dos arquivos das Forças Armadas. Como está sendo feito, os resultados não irão atender a esses objetivos”, afirma.

Diva disse ainda ao DIÁRIO que a anistia aos camponeses da região onde ocorreu a guerrilha, é uma ação justa de reconhecimento pelo Estado brasileiro a pessoas humildes. “São camponeses que participaram de uma luta política. É a primeira vez nesta nação que isso ocorre, já que ocorreram tantas lutas em que o povo participou e que nunca foram reconhecidas”.

### **Ex-soldado que lutou contra a guerrilha diz que houve excessos**

Em 1974, Josian José Soares tinha 19 anos e havia entrado recentemente no Exército em Marabá. Mal foi recrutado e foi enviado para Xambioá, em Goiás, para fazer segurança na base militar. “Como a maioria, eu não tinha preparo nenhum para aquilo que havia lá dentro, ou

seja, os terroristas. Nós tínhamos que fazer a vigilância e o acompanhamento desses guerrilheiros. Ficamos isolados e sem direito de voltar para a cidade”, lembra.

Josian diz que em Marabá, à época, a população não sabia nada a respeito da guerrilha. “Os moradores viam aquilo meio como um espetáculo, com aviões lançando bombas na praia, com soldados fazendo treinamentos. Só depois que começou o conflito mesmo e que passaram a surgir helicópteros trazendo feridos para o hospital é que a população teve noção do que estava acontecendo”.

Josian conheceu – e ficou responsável pela vigilância de – dois guerrilheiros: Walkíria Afonso Costa e Daniel Ribeiro Calado. Walkíria, a Val, a última guerrilheira a ser morta pelas forças de repressão. Segundo Josian, Val foi executada com três tiros no pescoço e enterrada atrás de um refeitório na base de Xambioá.

O soldado lembra que, no dia da execução de Val, o comando militar fez um almoço caprichado, algo raro na base. No final da tarde, todos os soldados foram liberados para ir até o povoado de Xambioá, com a recomendação de que não voltassem antes da meia-noite. Apenas cinco pessoas ficaram na base militar: o cozinheiro, dois oficiais, um soldado chamado Cícero e o executor da guerrilheira. “Quando voltamos, Cícero me disse que tinham executado a Val. Não acreditei, mas ele me mostrou o local”.

O ex-militar afirma que muitos camponeses foram alvos da violência militar durante a Guerrilha do Araguaia. “Tem gente que está em cadeiras de rodas até hoje. E mais, alguns soldados chegaram a estuprar filhas de camponeses”, acusa.

O outro guerrilheiro vigiado por Josian, Daniel Ribeiro Calado, o Doca, foi morto em 1974. Segundo Josian, Daniel costumava discutir política com ele. “Uma vez, eu perguntei a ele qual a razão de se meter naquela loucura de guerra. ‘Um dia você vai saber qual é a nossa luta’, ele respondeu. Hoje posso dizer que entendo o que ele quis me dizer”. (I.M.)

(DIÁRIO DO PARÁ)

Portal Diário do Pará, Pará, 08/07/2009

### **MPF quer participação de civis e familiares nas buscas de corpos do Araguaia**

07/07/2009 - 15h20

O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) quer garantir a participação de autoridades civis e de familiares das vítimas nos trabalhos de localização e identificação dos corpos dos militantes políticos que participaram da guerrilha do Araguaia. O requerimento foi entregue à Justiça no dia 26 de junho. No documento, o MPF pede a suspensão das escavações feitas pelo Exército até que seja feito um levantamento aprofundado de informações que possam indicar com mais segurança os locais onde os guerrilheiros foram enterrados, especialmente a oitiva de militares que participaram das operações de enfrentamento da guerrilha.

O requerimento visa garantir o cumprimento da sentença judicial que obrigou a União a informar onde estão sepultados os corpos dos guerrilheiros, entregar as ossadas às famílias e prestar informações sobre todas as operações militares relacionadas à guerrilha do Araguaia em 120 dias. O prazo termina em 12 de julho, mas segundo membros do Ministério Público Federal, as providências adotadas pelo Ministério da Defesa para localização e identificação dos mortos, inclusive a criação de um grupo de trabalho formado exclusivamente por militares, não estão de acordo com a determinação judicial. As diligências das Forças Armadas também são questionadas pela Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República e pelas próprias famílias beneficiadas pela sentença.

Participação - O grupo defende uma atuação conjunta nos trabalhos de localização dos corpos, com a participação de integrantes da sociedade civil vinculados à promoção dos direitos humanos e familiares das vítimas. 'Uma iniciativa exclusiva das Forças Armadas pode resultar

num aumento de medo da população local em revelar fatos sobre a guerrilha e eventuais locais de sepultamento', alegam os procuradores. Em 2001, por exemplo, o MPF flagrou agentes do Exército ameaçando moradores para não colaborarem com quaisquer pesquisas relativas à guerrilha.

Também são imprescindíveis a realização prévia de pesquisas documentais e a coleta de depoimentos de militares que participaram das operações, a fim de obter informações mais precisas acerca dos locais onde os corpos foram enterrados. Atualmente, o Ministério da Defesa realiza escavações em locais onde já foram feitos trabalhos semelhantes, definidos com base em informações detidas exclusivamente pelo Exército.

'Tais ações muito provavelmente não terão eficácia, se, antes, não forem intimados a prestar depoimento todos os agentes militares ainda vivos que tenham participado de quaisquer operações', escreve no requerimento a procuradora regional dos Direitos do Cidadão no DF, Luciana Loureiro. O entendimento é compartilhado por membros do MPF em Belém, Marabá e São Paulo. Em maio deste ano, o grupo encaminhou ofício ao então procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, para que as considerações fossem levadas ao conhecimento do presidente Lula e do ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Os procuradores também defendem que os agentes sejam ouvidos por uma comissão integrada por membros do Ministério Público Federal e por órgãos civis do governo. Além disso, as diligências nos possíveis locais de sepultamento devem ser precedidas de uma investigação rigorosa e feitas por profissionais de arqueologia e antropologia forenses, acompanhados de observadores da sociedade civil e de familiares das vítimas.

O requerimento do MPF em relação aos trabalhos de localização dos corpos será apreciado pela 1ª Vara da Justiça Federal no DF, sem prejuízo do prazo para cumprimento dos demais comandos da sentença, como a prestação de informações sobre a totalidade das operações militares relacionadas à guerrilha.

Portal ORM, Brasil, 8/7/2009

### **Procuradoria pede suspensão de escavações nas buscas de corpos do Araguaia**

07/07/2009 - 13h41

da Folha Online

O MPF-DF (Ministério Público Federal) no Distrito Federal protocolou requerimento na Justiça Federal pedindo a participação de civis e familiares na operação de buscas de corpos de guerrilheiros e camponeses mortos na região do Araguaia (PA). As buscas, que estão sendo conduzidas pelo Exército devem começar amanhã.

No requerimento, a Procuradoria pede a suspensão das escavações feitas pelo Exército até que seja feito um levantamento mais seguro dos locais onde os guerrilheiros teriam sido enterrados.

Em nota, a Procuradoria informa que o objetivo do requerimento pe garantir o cumprimento da sentença judicial que obriga a União a informar onde estão enterrados os corpos dos guerrilheiros, entregar as ossadas às famílias e prestar informações sobre as operações militares realizadas no Araguaia em 120 dias --prazo que termina no dia 12.

A busca pelos desaparecidos da guerrilha do Araguaia ganhou força depois das recentes declarações de Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o major Curió. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", Curió abriu seus arquivos pessoais e revelou que 41 guerrilheiros foram executados pelos militares durante a guerrilha.

Até hoje não se sabe quantas pessoas morreram nos conflitos do Araguaia, na divisa dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época ainda parte do Estado de Goiás).

De acordo com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, as escavações deverão começar apenas em agosto. Na etapa seguinte, o material, caso seja encontrado, será enviado aos laboratórios de perícia para a identificação.

## **A guerrilha**

O episódio histórico conhecido como guerrilha do Araguaia aconteceu na segunda metade dos anos 60 e na primeira dos 70. Adepto da luta armada contra o regime militar, o PC do B enviou para o Araguaia cerca de 70 militantes, a maioria jovens.

Eles tinham a incumbência de iniciar um movimento, inspirado na revolução ocorrida na China nas décadas de 20, 30 e 40, que resultaria, na concepção dos dirigentes comunistas, na queda do governo militar.

Tropas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica enviadas à floresta dizimaram os guerrilheiros. Até hoje não se sabe o paradeiro dos corpos.

Com Agência Brasil e Folha de S.Paulo

Folha Online, Brasil, 08/07/2009. Publicada também em Portal Diário do Pará, Brasil, 08/07/2009.

## **Escavações para buscar desaparecidos do Araguaia só terão início em agosto**

08/07/2009 - 09h52

SERGIO TORRES

Enviado especial da Folha a Marabá (PA)

A comissão criada pelo Ministério da Defesa para buscar os desaparecidos do Araguaia só iniciará as escavações em agosto.

O Exército criou uma ouvidoria para buscar informações sobre o tema: sua tarefa será ouvir e selecionar testemunhas. As que forem consideradas convincentes, com a indicação de possíveis locais, serão levadas em conta.

Os 33 membros da comissão, reunidos desde ontem em Marabá (PA), começam hoje a percorrer os 14 pontos que serão escavados no sudeste do Pará e norte do Tocantins.

Com base nas observações de antropólogos forenses, geólogos, topógrafos, especialistas e observadores independentes, serão traçadas as estratégias para o início das escavações, que vão durar de 1º de agosto a 31 de outubro.

Inicialmente, o Exército pretendia iniciar as escavações nesta semana, mas adiou o trabalho porque a maioria dos integrantes civis não conhece a região.

Os 14 pontos foram indicados em relatórios de 13 missões anteriores de busca dos corpos e em documento oficial do Exército, de 2004, com informações sobre a guerrilha organizada nos anos 60 e 70 pelo então clandestino PC do B.

Na última quinta-feira, o camponês Odílio Moraes da Silva, 69, apontou a um membro da comissão o local onde estaria enterrado Elmo Correia, o Lourival.

Moraes da Silva disse a Paulo Fonteles Filho, representante do governo do Pará na comissão, que o corpo de Lourival foi sepultado clandestinamente por militares na localidade de Água Fria, em São Domingos do Araguaia: "A indicação coincide com um relato obtido em 1980 pela primeira caravana dos familiares de guerrilheiros. O camponês demonstrou ter uma memória precisa".

Segundo ele, Lourival foi envenenado por um camponês a mando de militares. Carioca, estudante de medicina, Lourival chegou ao Araguaia em 1971. Tinha 27 anos ao morrer.

Folha Online, Brasil, 08/07/2009

## **DNA encerra polêmica sobre guerrilheiro do Araguaia**

Agência Estado

Publicação: 08/07/2009 9h55

Identificado extraoficialmente em 2004, o corpo do guerrilheiro cearense Bergson Gurjão Farias, do PC do B, morto por tropas do Exército na guerrilha do Araguaia em maio de 1972, poderá enfim ser sepultado pelos familiares. Em meio à briga política com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, que faz uma expedição em busca de ossadas, o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, aceitou ontem argumentos da pesquisadora Myrian Luiz Alves e anunciou a identificação do guerrilheiro por um laboratório de São Paulo, feita com base na análise mitocondrial. A família de Bergson foi notificada ontem mesmo em Fortaleza para providenciar os funerais.

"É o dia mais importante da minha vida de pesquisadora, foram sete anos de trabalho e dedicação", disse Myrian ao Estado, chorando, ao saber do anúncio. Ela, ligada ao PT, travou uma guerra contra setores do governo que não aceitavam seus argumentos de que o corpo era de Bergson. A versão dela, aceita agora por causa da disputa política, foi classificada de "surrealista" em 2007 por Paulo Vannuchi.

Em três expedições desde a década de 90, o governo federal recolheu 12 ossadas de supostos guerrilheiros que foram colocadas sob a guarda do Ministério da Justiça. Mas a identificação se arrasta até hoje por causa de atropelos burocráticos. Apenas duas foram identificadas. A primeira foi a da guerrilheira mineira Maria Lúcia Petit.

O ministro informou que a mesma tecnologia usada para identificar Bergson será empregada nas demais dez ossadas. Ele fez um apelo para que militares que participaram da repressão se inspirem no major Sebastião Curió e tragam informações para localizar outras ossadas.

Correio Braziliense, Brasil, 8/7/2009. Publicado também em Estadão Online, Nacional, 08/07/2009

## **DNA identifica segundo corpo de guerrilheiro morto no Araguaia**

07/07/2009 - 18h10

Da Folha Online

Exame de DNA permitiu a identificação dos restos mortais de Bergson Gurjão Farias, desaparecido da Guerrilha do Araguaia entre 4 de maio e 4 de junho de 1972. Veja o laudo da perícia.

A identificação foi anunciada hoje pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. A família do guerrilheiro foi avisada pessoalmente em Fortaleza.

Reportagem da Folha, publicada em maio, revelava que o esqueleto batizado de X-2 pelo governo federal apresentava características idênticas às do guerrilheiro Bergson Gurjão Farias. O corpo do guerrilheiro jamais foi localizado. O esqueleto foi exumado há 13 anos em Xambioá (norte de Tocantins).

O único corpo identificado dos desaparecidos no Araguaia foi o de Maria Lúcia Petit, exumada em cova vizinha à do corpo que pode ser o de Jorge (codinome de Gurjão Farias).

O MPF-DF (Ministério Público Federal) no Distrito Federal protocolou requerimento na Justiça Federal pedindo a participação de civis e familiares na operação de buscas de corpos de

guerrilheiros e camponeses mortos na região do Araguaia (PA). As buscas, que estão sendo conduzidas pelo Exército devem começar amanhã.

No requerimento, a Procuradoria pede a suspensão das escavações feitas pelo Exército até que seja feito um levantamento mais seguro dos locais onde os guerrilheiros teriam sido enterrados.

Em nota, a Procuradoria informa que o objetivo do requerimento pe garantir o cumprimento da sentença judicial que obriga a União a informar onde estão enterrados os corpos dos guerrilheiros, entregar as ossadas às famílias e prestar informações sobre as operações militares realizadas no Araguaia em 120 dias --prazo que termina no dia 12.

A busca pelos desaparecidos da guerrilha do Araguaia ganhou força depois das recentes declarações de Sebastião Curió Rodrigues de Moura, o major Curió. Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo", Curió abriu seus arquivos pessoais e revelou que 41 guerrilheiros foram executados pelos militares durante a guerrilha.

Até hoje não se sabe quantas pessoas morreram nos conflitos do Araguaia, na divisa dos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins (na época ainda parte do Estado de Goiás).

De acordo com o ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, as escavações deverão começar apenas em agosto. Na etapa seguinte, o material, caso seja encontrado, será enviado aos laboratórios de perícia para a identificação.

Folha Online, Brasil, 08/07/2009

Direitos Humanos - 30 toneladas de doações podem não chegar ao Pará  
Quarta-feira, 08/07/2009, 08h34h

Mais de 200 mil desabrigados do Pará podem ficar sem os donativos de Trinta toneladas de doações para as vítimas das enchentes, incluindo água mineral e leite, aguardam apoio da Força Aérea Brasileira (FAB) para chegarem aos estados do Pará, Maranhão e Ceará desde o início do mês de junho. A arrecadação foi feita pela Cruz Vermelha Brasileira, que recebeu donativos de todo o Brasil, que pede ajuda, inclusive, para empresas transportadoras, pois muitos alimentos estão prestes a perder a validade.

Como há dificuldades para o transporte terrestre, pela distância entre os estados, a Cruz Vermelha fica dependendo da parceria da FAB, que até agora não retornou nenhum dos pedidos feitos. A assessoria de imprensa do Ministério da Aeronáutica informou que a parceria entre FAB e Cruz Vermelha depende de outras variáveis. "A FAB tem outros envolvimento operacionais", explicou o major Vilela, que prometeu buscar junto aos superiores informações sobre o pedido oficial da Cruz Vermelha. Até o fechamento desta edição não houve retorno por parte da assessoria.

A assessoria de imprensa da Cruz Vermelha no Rio de Janeiro disse que, caso não consiga transportar as doações, fará a distribuição entre instituições de caridade na região Sudeste.

## **REPERCUSSÃO**

Informado ontem sobre a situação, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) reagiu indignado e determinou que seu gabinete solicite imediatamente explicações ao comando do Ministério da Aeronáutica.

A deputada Elcione Barbalho (PMDB), presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, repercutiu o apelo da Cruz Vermelha e encaminhou ofício reforçando o pedido de ajuda para o presidente da Câmara dos Deputados, aos ministros da Defesa, da Aeronáutica, ao Comando da Aeronáutica no Rio de Janeiro e à governadora do Estado do Pará.

A Cruz Vermelha enfatizou que não é obrigação da FAB fazer o transporte dos donativos. Segundo a assessoria, as empresas aéreas também atuam como parceiras da instituição. "Mas, sem dúvida, é a FBA nosso principal apoio e parceira constante", reforçou a assessoria. O DIÁRIO também solicitou informações ao Ministério da Defesa, que não respondeu.

Portal Diário do Pará, Pará, 08/07/2009

Saúde - Canadá identifica novo vírus de gripe

Quarta-feira, 8 de julho de 2009 08h47 BRT

Por Rod Nickel

SASKATOON, Canadá (Reuters) - Autoridades canadenses informaram que foi identificado um novo vírus de gripe, desta vez uma mistura de variedades humanas e suínas, em dois trabalhadores de uma fazenda no oeste do país.

O novo vírus não deixou os dois doentes em estado grave e não está relacionado com a atual pandemia da influenza H1N1, informou a Agência de Saúde Pública do Canadá na terça-feira.

Os dois contaminados, ambos empregados de um celeiro destinado à engorda de porcos na província de Saskatchewan, se recuperaram completamente. Um terceiro caso está sendo avaliado.

"Resultados preliminares indicam que é baixo o risco à saúde pública e que os canadenses vacinados contra as gripes sazonais devem ter alguma imunidade para esta nova cepa de gripe", disse a ministra da Saúde do Canadá, Leona Aglukkaq, em um comunicado.

O novo vírus contém genes de uma cepa sazonal humana da gripe H1N1 e de um vírus de gripe comum na população suína, chamado vírus recombinado triplo H3N2, disse o médico Greg Douglas, chefe do escritório de veterinária de Saskatchewan.

O novo vírus não está relacionado com a variedade H1N1, conhecida popularmente como gripe suína, que já matou 429 pessoas em todo o mundo. O H1N1, classificado como uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde, é também uma mistura de vírus suínos com alguns genes de influências humanas e aviárias.

Desde que o novo H1N1 irrompeu, autoridades do Canadá, Estados Unidos e alguns outros países iniciaram testes de vírus da gripe tanto em humanos como em porcos. Pessoas e porcos podem intercambiar vírus de gripes, embora raramente isso tenha sido comprovado.

"Testes iniciais em alguns dos porcos da fazenda indicam que eles foram infectados com o vírus suíno influenza A, uma variedade comum encontrada em rebanhos desses animais", informou a agência de saúde canadense em um comunicado.

A fazenda de Saskatchewan não está de quarentena, mas o proprietário concordou em não remover os porcos dali, disse uma autoridade de saúde do Canadá.

Reuters, 8/7/2009

Meio Ambiente - Liminar paralisa extração ilegal de areia e pedra em Almerim

07/07/2009 - 17h26

Em Almeirim, a justiça deferiu liminar requerida pelo Ministério Público do Estado em ação civil pública, por meio do Promotor de Justiça Almiro do Socorro Avelar Deniur, e interditou a extração de areia e pedra realizada às margens do rio Amazonas, no centro da cidade, por um particular.

A ação foi proposta com base em requerimento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em projeto técnico de reflorestamento da área, além de depoimentos colhidos na promotoria. Segundo o que foi apurado, a extração ilegal de areia e pedra ocorria em terreno de aproximadamente 30 mil metros quadrados há mais de doze anos, sem autorização dos órgãos ambientais competentes.

Segundo o MPE, a retirada diária de duas caçambas com seis metros cúbicos de material cada, causou uma 'voçoroca' – ferida aberta no terreno – de quinze metros de profundidade por 100 metros de diâmetro, atingindo, inclusive, uma área de preservação permanente à margem do rio Amazonas.

A liminar determinou a paralisação da atividade, com multa diária de R\$ 2 mil pelo descumprimento. Ao final da ação, o Ministério Público requer a condenação do particular em reflorestar a área degradada ou, alternativamente, o pagamento de indenização equivalente ao dano material.

Portal ORM, Pará, 8/7/2009

Meio Ambiente - Ambientalistas protestam durante entrega de prêmio a Lula em Paris  
Daniela Fernandes

De Paris para a BBC Brasil

Lula afirmou que alerta de manifestantes é 'válido'

Manifestantes da ONG (organização não governamental) ambientalista Greenpeace exibiram cartazes com os dizeres “Lula, salve a Amazônia, salve o clima” logo após o presidente brasileiro receber um prêmio na sede da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), em Paris, na tarde desta terça-feira.

Enquanto Lula recebia o Prêmio pela Paz Félix Houphouët-Boigny e cumprimentava as autoridades presentes na cerimônia, dois manifestantes do Greenpeace se instalaram silenciosamente no palco, a poucos metros do presidente, e desenrolaram as faixas.

Logo em seguida, eles foram retirados pelos seguranças da organização. Um dos manifestantes resistiu e se sentou no palco, mas foi depois retirado à força, sem tumulto nem gritos, no entanto.

Um outro manifestante conseguiu entregar ao presidente um globo inflável com o desenho dos continentes.

“Alerta válido”

Antes de iniciar seu discurso para agradecer pelo prêmio, Lula disse que queria “pedir desculpas aos jovens que entraram aqui com as faixas” por não ter entendido inicialmente o objetivo da manifestação.

“Muitas vezes, por um problema de língua, não se sabe quem é. E o papel da segurança é não permitir isso, mas o alerta desses jovens é válido para todos nós”, afirmou o presidente Lula, sob aplausos da plateia.

“De qualquer forma, o mal entendido permitiu que toda a imprensa fotografasse a manifestação”, afirmou Lula.

“A preocupação desses jovens é de toda a humanidade. A Amazônia tem de ser preservada”, disse o presidente.

Protestos

Na véspera da reunião de cúpula do G8, o grupo de países mais ricos do mundo e a Rússia, que terá também a participação de Brasil, Índia, China, México e Egito como convidados, a ONG Greenpeace quis cobrar dos líderes mundiais ações mais concretas para lutar contra o aquecimento global.

Em Paris, para atrair a atenção do presidente francês, Nicolas Sarkozy, o Greenpeace organizou, nesta terça-feira, um protesto com um “iceberg” inflável de 16 metros de altura no rio Sena, para denunciar os efeitos das mudanças climáticas.

No falso iceberg havia faixas dirigidas a Sarkozy e ao G8 com dizeres “o clima procura líder”.

“O desmatamento da Amazônia torna o Brasil o quarto maior produtor de gases do efeito estufa. Há um abismo entre o discurso do presidente, sobretudo no exterior, e as ações do governo” para combater o problema, afirma um comunicado do Greenpeace divulgado após o protesto na sede da Unesco.

Relações internacionais

Em seu discurso, após receber o prêmio, Lula também criticou com veemência o golpe em Honduras e abordou outros temas da atualidade internacional.

O presidente brasileiro afirmou que é preciso avançar na criação de um Estado palestino e voltou a defender a necessidade de uma reforma das organizações internacionais para diminuir as “assimetrias” entre os países membros e permitir que economias emergentes possam ter maior representatividade.

Uma nova governança global também foi defendida por Lula e o presidente francês, Nicolas Sarkozy, em um encontro na manhã desta terça-feira, no Palácio do Eliseu.

Após a cerimônia de entrega do prêmio, Lula embarcou para a Itália para participar da reunião de cúpula do G8, que começa na quarta-feira.

BBC, Ambiente, 8/7/2009. publicado também em Estadão Online, Nacional, 08/07/2009; Portal G1, Brasil, 08/07/2009 e Globo Amazônia, 08/07/2009.

Meio Ambiente - Potências abandonam meta de cortar CO2 à metade até 2050

Quarta-feira, 8 de julho de 2009 8h17

ROMA (Reuters) - As principais potências econômicas mundiais não conseguiram chegar a um acordo para estabelecer a meta de reduzir à metade as emissões de gases causadores do efeito estufa até 2050, de acordo com o esboço de um documento obtido antes das negociações de quinta-feira.

O fracasso das conversas é um revés nos esforços para se alcançar um novo pacto ambiental global em Copenhague, no fim de ano, quando a ONU vai se reunir para decidir um novo acordo que substitua o Protocolo de Kyoto.

Negociações com representantes dos 17 países do Fórum das Maiores Economias (MEF, na sigla em inglês) falharam durante a madrugada depois que China e Índia se opuseram à qualquer menção de meta, disse à Reuters uma fonte familiar ao encontro.

Os dois países querem que as nações ricas se comprometam antes a fazer cortes significativos de suas emissões até 2020 e querem que os países em desenvolvimento apresentem projetos para que os países desenvolvidos financiem maneiras de ajudá-los a lidar com as enchentes, ondas de calor, tempestades e a alta do nível dos mares, disse a fonte.

As autoridades estavam tentando abrir caminho para uma reunião do MEF na quinta-feira que será liderada pelos presidentes Barack Obama, dos EUA, e Silvio Berlusconi, da Itália, que preside o G8.

As nações do FEM representam 80 por cento das emissões globais de gases estufa, em grande parte devido à queima de combustíveis fósseis.

No ano passado, o G8 discutiu a "visão" de se cortar à metade as emissões até 2050, sem citar um ano de referência. Os principais países em desenvolvimento não concordaram com uma meta para 2050, argumentando que os países ricos precisam antes reduzir suas emissões até 2020.

Um esboço da reunião do G8 obtido pela Reuters na quarta-feira afirmou que o aumento da temperatura global não deveria exceder 2 graus Celsius.

Os líderes do G8, que reúne as sete maiores economias do mundo mais a Rússia, se encontram ainda nesta quarta-feira.

Reuters, 8/7/2009

### **Grandes economias tentam romper impasse climático antes de G8**

terça-feira, 7 de julho de 2009 16h03 BRT

Por Alister Doyle

ROMA (Reuters) - As maiores economias do mundo tentavam na terça-feira romper o impasse entre países ricos e pobres com relação às metas para 2050 de cortes nas emissões de gases-estufa em último encontro antes de uma reunião de cúpula do G8 expandido na Itália.

Ministros e outras autoridades de alto escalão dos 17 integrantes do Fórum das Maiores Economias (MEF, na sigla em inglês) reuniram-se em Roma para tentar chegar a um acordo sobre uma declaração para os líderes, que poderia servir de base para um novo pacto climático da Organização das Nações Unidas (ONU) previsto para ser aprovado em Copenhague em dezembro.

"Queremos preparar da melhor forma possível os resultados do G8 e do MEF com a perspectiva de um ambicioso acordo sobre mudança climática em Copenhague", disse Barbara Helfferich, porta-voz do comissário europeu Stavros Dimas, presente ao encontro.

Os países do MEF, responsáveis por 80 por cento das emissões mundiais, estão divididos sobre estabelecer ou não uma meta para reduzir as emissões mundiais à metade até 2050, seguindo uma "perspectiva" adotada pelos países ricos do G8 numa cúpula no Japão no ano passado.

China, Índia e muitos outros países em desenvolvimento afirmam que as nações ricas são culpadas pela maioria das emissões de gases-estufa desde a Revolução Industrial e precisam estabelecer metas duras até 2020 nas suas próprias emissões antes de pedir ajuda.

A Índia, o quarto maior emissor do mundo de gases-estufa, diz se opor à meta do MEF para reduzir à metade as emissões mundiais até 2050, argumentando que os países em desenvolvimento precisam poder queimar combustíveis fósseis para sair da pobreza.

Se o impasse persistir, o presidente dos EUA, Barack Obama, que lançou o MEF a fim de abrir o caminho para um acordo da ONU, encerraria o encontro de 9 de julho - que faz parte da cúpula do G8 em LÁquila, na Itália - sem uma declaração aprovada por todos os 17 líderes do MEF.

Um texto preliminar datado de 30 de junho do MEF dizia: "Apoiamos uma meta global aspiracional de reduzir as emissões globais em 50 por cento até 2050, com os países desenvolvidos reduzindo as emissões em ao menos 80 por cento até 2050".

O encontro de Roma foi agendado após o pequeno avanço feito em uma reunião do MEF no México no mês passado.

O grupo ambiental Greenpeace gostou do texto preliminar.

"Ao menos o G8 está reconhecendo 2C. O palavreado deveria ter sido muito mais forte, mas ainda assim: ele está dentro", disse Tobias Muenchmeyer, do Greenpeace.

Em uma ação separada, 22 importantes cientistas da área do clima pediram em uma carta para que a cúpula estabeleça um limite máximo global nas emissões até 2020 e um corte de ao menos 50 por cento em relação aos níveis de 1990 até 2050.

Reuters, 8/7/2009

Meio Ambiente - PMB autoriza obras sem a liberação pela Semma

Quarta-feira, 08/07/2009, 07h33

A Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb), da prefeitura de Belém, está liberando licenças urbanísticas para obras que não possuem licenciamento ambiental. O mais grave é que, em alguns casos, nem mesmo a Secretaria de Meio Ambiente Municipal (Semma) é consultada para saber se determinado empreendimento prejudica ou não o meio ambiente e os moradores.

É o que denuncia o Ministério Público do Estado (MPE) que, diante da situação, expediu duas recomendações para que a prefeitura tome providências, sob pena de ser responsabilizada por não cumprir a legislação.

Segundo a promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém, Daniella Dias, que assinou as recomendações junto com o promotor Nilton Chagas, o executivo municipal não cumpre a legislação ambiental por estar apenas apoiado na legislação urbanística. “A Seurb só segue a legislação urbanística, prevista na Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU) e no Plano Diretor Urbano de Belém”.

O problema, para ela, é que esse encaminhamento fere a legislação ambiental. “A Seurb deveria, ao receber o pedido, remeter à Secretaria de Meio Ambiente. Qualquer atividade tem que ter licença ambiental. As secretarias deveriam estar interligadas. O Direito Ambiental não é separado do Direito Urbanístico”.

## **ILEGALIDADE**

De acordo com Daniella, é aí que está a principal ilegalidade da questão. “Não há interação entre as secretarias municipais. Isso expressa a má qualidade da gestão urbana. O poder público deveria ser único, e não segmentado”. Isso faz com que as obras sejam feitas sem que os impactos ambiental e social sejam avaliados. “Não há controle ambiental dos empreendimentos, não há controle urbanístico”, compreende. “A prefeitura tem que respeitar a legislação ambiental”.

Por isso, denuncia a promotora, há empreendimentos sendo feitos na cidade que iniciaram sem o devido licenciamento ambiental, ou com o licenciamento concedido em um período posterior ao início da obra.

Daniella afirma que é preciso maior transparência quando se trata de obras envolvendo o problema urbano. “Nós não temos um fórum de debates democrático, que é o conselho de desenvolvimento urbano, que deve funcionar como qualquer outro conselho”, afirma.

(Diário do Pará)

Portal Diário do Pará, Pará, 8/7/2009

Meio Ambiente - Economista defende 'benefícios' do desmatamento da Amazônia

07/07/09 - 11h52

Produção de soja deve ser expandida, afirma pesquisador do Ipea.  
Região precisa gerar riqueza e catástrofe climática não vai acontecer, diz.

Dennis Barbosa  
Do Globo Amazônia, em São Paulo

Ainda há muito espaço para o desenvolvimento da agricultura na Amazônia e, enquanto ela trazer riqueza e desenvolvimento, não deve ser impedida, ainda que cause algum desmatamento.

A posição, que provavelmente não agradará a muitos ambientalistas, é defendida pelo economista e pesquisador do Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea), Eustáquio Reis, que há mais 20 anos estuda a região.

Segundo Reis, “as pessoas tendem a apontar os custos do desmatamento, mas poucas vezes apontam que as atividades que geraram desmatamento podem gerar benefícios também”.

Ele acredita que o avanço da agropecuária sobre a floresta será contido naturalmente pela valorização da terra, na medida em que a colonização avançar, e que, mesmo sem restrições impostas pelo governo, a floresta não será totalmente devastada como apregoam alguns ambientalistas.

“Daqui a algum tempo vai ficar muito caro desmatar”, defende, lembrando ainda que nas zonas centrais da Amazônia chove demais para que culturas como a soja possam ser instaladas. “Este tipo de cultura precisa de três meses de seca por ano”, diz.

O país não deve e nem pode abrir mão de seu território amazônico para gerar riqueza e trazer importantes divisas estrangeiras, resultado das exportações de produtos agrícolas. “Vamos viver de vender castanhas?”, pergunta (a castanha é um dos principais produtos extrativistas da região).

Tampouco a criação de um mercado de créditos de carbono, com o qual se pagaria para manter a floresta em pé e em torno do qual há crescentes discussões, parece convencer o pesquisador. “Não há ninguém que vai pagar pelo carbono da floresta o que vale um hectare de soja”, afirma.

Isso não significa que Reis seja favorável ao desmatamento indiscriminado. Segundo ele, é importante haver restrições, zoneamentos e reservas que protejam a floresta em certas regiões.

A pecuária, em sua opinião, é um problema porque pode ser praticada em qualquer parte da Amazônia, inclusive onde há chuva o ano inteiro. “Os pecuaristas usam muita terra para a quantidade de gado que têm”, aponta, defendendo um aumento da produtividade.

De qualquer forma, acredita, uma devastação que cause uma catástrofe climática não deve ocorrer. “Você acredita que a destruição da Mata Atlântica teve impactos tão grande assim para o clima? Que o clima ficou insuportável? Valeu a pena desmatar São Paulo, não valeu?”, indaga. “Você já ouviu falar que os americanos vão deixar voltar com as pradarias e deixar de plantar soja? A Europa era totalmente coberta com floresta. Eles vão recuperar isso?”

Globo Amazônia, 8/7/2009.

Cultura - Bragança comemora 396 anos de existência

Edição de 08/07/2009

CASTANHAL

Edivaldo Mendes

Missa de ação de graças logo pela manhã e à noite muito forró com a banda Pé de Cana, show com a tradicional banda Orlando Pereira e sorteios de prêmios ao público, no espaço cultural Armando Bordalo vão marcar hoje as comemorações dos 396 anos de Bragança.

A festa já havia começado no dia 2 deste mês, com inaugurações de algumas instituições de ensino, e prossegue até o dia 12, com a inauguração do mirante de São Benedito, na vila Camutá.

Distante cerca de 200 quilômetros de Belém, um dos maiores pólos pesqueiros da região Norte e dono de um imenso potencial turístico, folclórico e cultural, o município tem em suas raízes a presença de franceses, portugueses, brancos e negros, espanhóis e nordestinos, estes vindos no rastro dos trilhos da Estrada de Ferro de Bragança. Isso sem esquecer do povo nativo, os índios tupinambás e caetés, que habitavam a região bem antes da chegada dos europeus colonizadores.

Bragança tem São Benedito como seu santo padroeiro, e tem também um dos mais antigos círios do Pará, em louvor a Nossa Senhora de Nazaré, que é realizado tradicionalmente no segundo domingo de novembro.

No município existe também a festividade de São Benedito, realizada de 26 de dezembro a 1 de janeiro, e que foi introduzida pelos escravos em 1798, tendo como destaque a marujada.

Amazônia Jornal, Cidades, 8/7/2009

## Turismo - Catamarã Álamo já está apresentando problemas

Edição de 08/07/2009

Nem bem começou o verão 2009 e a nova linha de barco para o arquipélago do Marajó já enfrenta problemas. O catamarã Álamo, inaugurado no início de junho com a promessa de aumentar o turismo na região marajoara, está parado por causa de um furo na descarga. De acordo com a assessoria da Secretaria de Estado de Transporte (Setran), o fato aconteceu na última segunda-feira e a embarcação deve voltar a operar normalmente nesta quinta-feira.

Um vendedor de passagens do guichê da Estação das Docas revelou, no entanto, que o problema ocorreu semana passada. Desde então, o Álamo, com capacidade para transportar 180 pessoas, está sendo substituído por uma outra embarcação: o expresso Bom Jesus, com capacidade para apenas 90 passageiros.

A assessoria da Setran garante que a lancha substituta faz a travessia em um tempo bem menor que o catamarã: aproximadamente uma hora e meia. Mesmo com a mudança temporária, o preço de R\$ 25 reais das passagens continua valendo, assim como os horários de saída de Belém e do Marajó (8h30 e 16h, respectivamente).

Amazônia Jornal, Cidades, 8/7/2009.

Turismo - Vazante do Rio Tapajós volta a revelar praias

07/07/2009 - 14h46

Em Alter do Chão pequena faixa de terra já desponta entre as águas. Turistas aproveitam vazante para se divertir.

Quando se fala em férias sejam elas escolares ou de trabalho é hora de pensar em descansar. Na região do oeste paraense, a principal alternativa para diversão durante esse período são as belas praias do Rio Tapajós e do Amazonas.

Neste final de semana, diversos turistas procuraram refúgio em Alter do Chão. O lugar, apesar de ainda um pouco submerso, continua exótico. Com a vazante das águas, um dos pontos turísticos mais conhecidos de Santarém começa a aparecer.

Para o presidente do conselho comunitário de Alter do Chão, Mauro Vasconcelos, o fluxo de visitantes deve aumentar nas próximas semanas. Segundo ele, a enchente desse ano causou muitos prejuízos, principalmente para os comerciantes. Mesmo diante de tanta água, os turistas não deixaram de aproveitar a beleza do lugar.

A escolha do balneário como a melhor praia do Brasil deve impulsionar o turismo na Vila

Portal

ORM,

Pará,

8/07/2009.

Turismo - Greve atingirá 50 mil neste fim de semana

Quarta-feira, 08/07/2009, 07h16

A paralisação deve prejudicar a viagem de milhares de pessoas. No início das férias escolares, a notícia de que os rodoviários interestaduais e intermunicipais paralisarão as atividades, na próxima sexta-feira, deixou empresários e veranistas preocupados.

De acordo com Paulo Soares, presidente da Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário (Sinarte), empresa que administra o terminal rodoviário, cerca de 50 mil pessoas serão prejudicadas com a paralisação, somente no final de semana. "Nossa responsabilidade é evitar transtornos, pois os ônibus podem não funcionar, mas os alternativos continuarão.

Paulo falou ainda que, se for confirmada a ação de piquetes dentro do terminal, a Sinarte não hesitará em pedir apoio da Polícia Militar (PM) para conter os exageros. "Caso queiram reivindicar, devem fazer tal ato nas garagens, e não aqui", retrucou.

O gerente de uma empresa de transporte interestadual Antônio Lima informou que o dono da empresa já está conversando com advogados para tentar reverter a situação. Antônio falou que nenhuma passagem será perdida e deverá ser usada em outras oportunidades.

O gerente de vendas de uma empresa de ônibus intermunicipal, Miguel Leal, informou que, caso haja a greve, os passageiros terão o dinheiro reembolsado.

Juliana Araújo, 24, universitária, reprovou a iniciativa dos rodoviários. Depois de dois anos programando as férias dela para o Rio de Janeiro, se vê lesada pelos rumores do impedimento. "Como uma categoria pode pensar em prejudicar tantas pessoas de uma única vez? Fico impressionada com tanta falta de respeito. Não quero meu dinheiro de volta, quero minha viagem".

O presidente do Sindicato dos Rodoviários das Empresas de Transporte de Passageiros Intermunicipais e Turismo do Pará (Sintretur), Antônio Flávio, reafirmou ontem que a flexibilização do sindicato chegou ao limite. "Parece que eles estão forçando a barra para prejudicarmos a população, mas nosso objetivo não é este. Queremos ter nossa categoria valorizada". (Diário do Pará)

Portal Diário do Pará, Pará, 8/7/2009

Comunicação da Ciência - Programa de divulgação científica do MCT tem transmissão ao vivo

08/07/2009 – 07h35

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) iniciou no último dia 3 de junho o Programa Conhecimento para Todos, que consiste de uma série de palestras e videoconferências com a finalidade de divulgar o universo da ciência, tecnologia e inovação no âmbito do sistema MCT.

A partir desta quarta-feira (8) as apresentações podem ser acompanhadas ao vivo por meio do site do MCT. O objetivo do projeto é difundir o universo da ciência tecnologia e inovação no âmbito do sistema MCT, mas também ao público de uma maneira geral.

Segundo o secretário executivo, Luiz Elias, é importante que as pessoas saibam quais são os projetos que estão em desenvolvimento pelo MCT e por suas unidades de pesquisa. As palestras desta quarta-feira (8) são do diretor do Instituto Nacional do Semiárido (Insa), Roberto Germano Costa, e de Ana Rita Pereira Alves, diretor do Instituto Mamirauá, do Amazonas.

Até setembro próximo todas as 25 unidades de pesquisa do MCT participarão do Programa Conhecimento para Todos. Os temas a serem abordados são Biodiversidade, Tecnologia Industrial, Ciências Exatas, Área Nuclear, Tecnologia da Informação e Disseminação da Informação. As palestras ocorrem às quartas-feiras no MCT, das 9h às 10h30.

Link para a transmissão ao vivo:  
[http://video.rnp.br/overmedia/visualizarEvento.do?\\_EntityIdentifierEvento=rnpBCm1IBzpsft7x7Q\\_iK4rUqpFiH-KmVc\\_k5VCKGgL1IA](http://video.rnp.br/overmedia/visualizarEvento.do?_EntityIdentifierEvento=rnpBCm1IBzpsft7x7Q_iK4rUqpFiH-KmVc_k5VCKGgL1IA).

MCT, 8/7/2009